



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 130/131

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 23 DE NOVEMBRO DE 2005

ANO XXX

Mesa Executiva

HERMAS BRANDÃO
Presidente - PSDB

PEDRO IVO ILKIV
1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS
3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA
1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO
2º Secretário - PP

ELIO RUSCH
3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA
4º Secretário - PSB

PASTOR EDSON PRACZYK
5º Secretário - PL

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Dobrandino da Silva
Líder da Oposição Valdir Rossoni
PTB Carlos Simões
PFL Plauto Miró Guimarães
PSDB Ademar Traiano
PMDB Antonio Anibelli
PP Cida Borghetti
PT Tadeu Veneri
PDT Barbosa Neto
PPS Waldir Leite
Bloco Parlamentar PTB/PL/PMR Jocelito Canto
Bloco Parlamentar PP/PSB Cida Borghetti

Representação Partidária

PMDB - 14: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Cesar Seleme - Cleiton Kielse - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - Geraldo Cartário - José Maria Ferreira - Mauro Moraes - Nereu Moura - Rafael Greca; **PT** - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; **PSDB** - 08: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; **PDT** - 05: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Luiz Carlos Martins - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; **PPS** - 05: Ailton Araújo; Arlete Caramês - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; **PFL** - 04: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; **PP** - 03: Cida Borghetti - Duílio Genari - Miltinho Pupio; **PSB** - 02: José Domingos Scarpellini - Reni Pereira; **PTB** - 02: Carlos Simões - Jocelito Canto; **PL** - 01: Chico Noroeste; **PMR** - 01: Pastor Edson Praczyk

DIÁRIO Nº 130**SUMÁRIO**

Mesa Executiva	03
Presenças	03
Abertura da Sessão	03
Expediente:	
Ofícios.....	03
Proposta de Emenda Constitucional	03
Requerimentos	04
Projetos de Lei	11
Pequeno Expediente:	
Encontro Regional do Sul -	
Assoc. Bras. das Escolas do Legislativo	
Composição da Mesa	14
Introdução	15
Oradores:	
Dep. Celestino Secco - Pres. da	
Esc. do Leg. de Sta. Catarina	15
Des. Noeval de Quadros - Dir.	
Geral da Esc. da Magistratura ...	16
Dep. José Maria Ferreira	17
Encerramento	17
Grande Expediente:	
Lançamento da Cartilha “Diversidade	
Religiosa e Direitos Humanos”	
Introdução	17
Oradores:	
Sra. Regina Loures Bueno -	
Coord. do Círc. de Cooperação	
da URI-Curitiba.....	18
Prof. Sérgio Junqueira	19
Horário das Lideranças:	
Liderança do PTB/PL/PMR:	
Dep. Jocelito Canto	20
Liderança do PDT:	
Dep. Barbosa Neto	21
Liderança do PFL:	
Dep. Plauto Miró Guimarães	22
Liderança do PT:	
Dep. Hermes Fonseca.....	23

Liderança do PSDB:

Dep. Valdir Rossoni25

Liderança do PMDB:

Dep. Elza Correia.....26

Liderança da Oposição:

Dep. Elio Rusch28

Liderança do Governo:

Dep. Dobrandino da Silva.....29

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente30

Discussão / Votação:

Redação Final31

3ª Discussão31

2ª Discussão31

1ª Discussão32

Discussão Única (Indicações)....32

Requerimentos33

Encerramento da Sessão Ordinária33**DIÁRIO Nº 131****SUMÁRIO****Mesa Executiva.....34****Presenças.....34****Abertura da Sessão34****Ordem do Dia:****Discussão / Votação:**

2ª Discussão (Votação em).....34

Redação Final35

3ª Discussão35

2ª Discussão35

1ª Discussão35

Encerramento da Sessão Ordinária37**Publicações:****Diretoria Geral**

Despacho do Diretor Geral37

Ata de Comissão

Tomada de Contas.....38

123ª SESSÃO ORDINÁRIA**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
15ª LEGISLATURA
ATA DA 123ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
23 DE NOVEMBRO DE 2005***(quarta-feira)***Mesa Executiva:**

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão, secretariado pelo Sr. Deputado Reni Pereira e pela Sra. Deputada Cida Borghetti.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, Pedro Ivo Ilkiv, Augustinho Zucchi, Nereu Moura, Elio Rusch, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ailton Araújo, Alexandre Curi, André Vargas, Antonio Anibelli, Ângelo Vanhoni, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Delegado Braddock, Dobrandino da Silva, Durval Amaral, Elza Correia, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Marcos Isfer, Miltinho Pupio, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Nelson Justus, Nelson Garcia, Padre Paulo Campos, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni e Waldir Leite (41). Achando-se ausentes os Srs. Deputados: Arlete Caramês, Ademar Traiano, Ademir Bier, Artagão Júnior, Duílio Genari, Elton Carlos Welter, José Domingos Scarpellini, Luiz Accorsi, Luiz Fernandes da Silva Litro, Luiz Nishimori, Mauro Moraes e Ratinho Júnior (12); em viagem representativa o Sr. Deputado Geraldo Cartário (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão Ordinária.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Nesta Sessão, o Pequeno Expediente foi reservado para o nosso Encontro Regional dos Estados do Sul, da Associação Brasileira das Escolas do Legislativo.

Depois, no Horário do Grande Expediente, teremos o lançamento da Cartilha “Diversidade Religiosa e

Direitos Humanos. É uma iniciativa das Religiões Unidas.

Posteriormente o trâmite normal da Sessão, com o Horário das Lideranças, Horário da Situação, Horário da Oposição e a discussão e votação da Pauta.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:**Ofícios**

Sob o nº 2166/PGE, do Sr. Sérgio Botto de Lacerda, Procurador Geral do Estado, em resposta ao pedido de informações requerido pelo Deputado Valdir Rossoni, que pede esclarecimentos sobre “a legalidade da lotação dos agentes administrativos do Departamento de Polícia Civil da SESP, em face da Lei nº 13.420/2002. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Sob o nº 620/DG, do Sr. Coronel PM-RR Rubens Guimarães de Souza - Diretor Geral da Secretaria de Estado da Segurança Pública, em resposta ao pedido de informações requerido pelo Deputado Barbosa Neto, que pede esclarecimentos sobre “os motivos que justifiquem a retirada do nome do soldado Marcelo Ferreira Guimarães, da lista dos aprovados no exame intelectual do Curso de Formação de Cabos PM/BM - 2005.” **Ao conhecimento do Sr. deputado interessado.**

Sob o nº 564/GS, do Sr. Waldyr Pugliesi - Secretário de Estado dos Transportes, em resposta ao pedido de informações requerido pelo Deputado Valdir Rossoni, em que pede esclarecimentos sobre “a edição da revista especial - Porto de Paranaguá - 70 Anos de Evolução”. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Proposta de Emenda Constitucional**PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL**

Art. 1º Fica incluído o artigo 226-A na Constituição do Estado, com a seguinte redação:

Art. 226-A. O Estado promoverá o reassentamento ou a indenização dos agricultores que, de boa fé, estejam ocupando terras destinadas por meio de processo demarcatório, aos povos indígenas.

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 22.11.2005.

(a) ELTON CARLOS WELTER

Apoiamento:

Jocelito Canto, José maria Ferreira, Rafael Greca, Marcos Isfer, Padre Paulo Campos, André Vargas, Hermes Fonseca, Luciana Rafagnin, Natálio Stica, Pedro ivo Ilkiv, Tadeu Veneri, Ângelo Vanhoni, Elza Correia, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Ademir Bier e 01 ilegível.

JUSTIFICATIVA:

O Estado do Paraná, durante governos passados, promoveu a titulação de terras rurais para pessoas não índios em áreas tradicionalmente ocupadas por índios.

A atual Constituição Federal, em seu artigo 231, estabeleceu que *são reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens*. E os parágrafos deste mesmo artigo especifica o que são terras tradicionalmente ocupadas pelos índios, entre outras disposições.

Diante deste dispositivo constitucional estão em curso junto à Fundação Nacional do Índio (Funai) e Ministério da Justiça do Governo Federal, processos de demarcação de áreas indígenas. Uma vez concluídos estes processos estará configurado um conflito entre os atuais ocupantes destas terras, não índios e os eventuais índios que vierem a recuperar, por disposição expressa da Constituição Federal, estas mesmas terras.

A forma de resolver este conflito, ante o direito fundamental dos índios, reconhecido pelo ordenamento constitucional pátrio, é reassentar ou indenizar os não índios ocupantes de boa fé destas terras reconhecidamente indígenas.

Considerando que a União não poderá indenizar terras que, por disposição constitucional é dela própria, a solução é o Estado promover o reassentamento ou a indenização dos não índios que compulsoriamente terão que deixar suas terras, nas quais, muitas vezes ocupam por décadas, inclusive a maioria com títulos registrados, os quais foram emitidos pelo Governo do Estado.

Assim, justificável a presente alteração da Constituição do Estado, a fim de viabilizar a ação do Governo do Estado, no sentido de reassentar ou indenizar estes ocupantes de boa fé de terras indígenas, após a sua devida demarcação, havendo a possibilidade da União contribuir com recursos, através de convênios, na forma como está sendo procedido com outros entes federados.

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 3662

Senhor Presidente:

O Deputado Tadeu Veneri, do Partido dos Trabalhadores que ao final subscreve, no uso de suas atribui-

ções regimentais, REQUER, após aprovação do douto Plenário, a dispensa da redação final do Projeto de Lei nº 096/2004, de sua autoria, que modifica a Lei nº 11.911, de 01 de dezembro de 1997, e dá outras providências.

Sala das Sessões, em 23.11.2005.

(a) TADEU VENERI

REQUERIMENTO Nº 3703

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o arquivamento do Projeto de Lei nº 608/2005, de minha autoria.

Sala das Sessões, em 23.11.2005.

(a) DURVAL AMARAL

REQUERIMENTO Nº 3694

Senhor Presidente:

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER que seja inserido nos Anais deste Poder Legislativo, as homenagens que serão prestadas pelo Movimento Pró-Paraná, com a entrega do troféu Guerreiro do Paraná, aos Exmos. Srs. Hermas Eurides Brandão - Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná; Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus - ex- Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná; Heron Arzua - Secretário de Estado da Fazenda; Virgílio Moreira Filho - Secretário de Estado da Indústria do Comércio e Assuntos do Mercosul e Antonio Iosio Ueno - ex-Deputado Federal e Presidente da Câmara Brasil Japão do Paraná, pelos relevantes serviços prestados ao Estado do Paraná e ao Movimento Pró-Paraná.

Sala das Sessões, em 23.11.2005.

(a) CLEITON KIELSE

JUSTIFICATIVA:

O Movimento Pró-Paraná, entre de Integração e Relações Institucionais do Paraná, registrado no 4º Ofício de Pessoa Jurídica sob o nº 3.427 - livro A-1, em 18 de maio de 2001, com o CNPJ 04.719.788/0001 - 41, declarado de Utilidade Pública Estadual pela Lei nº 13.839, de 07 de novembro de 2002, funcionou por muito tempo sem um local definido, sendo que os trabalhos realizados e os equipamentos utilizados, bem como o pessoal que colaborava na época, pertencia à diretoria de serviços especiais - DSE.

Com a posse do Deputado Nelson Justus na Presidência da Assembleia Legislativa, foi cedido ao Movimento, instalações adequadas para o seu funcionamento, bem como equipamentos e materiais de expediente, impulsionando o seu crescimento e desenvolvimento, cujo apoio prosseguiu também na gestão do Deputado Caíto Quintana. Com a posse do Deputado Hermas Brandão na Presidência, esse apoio cresceu, o Movimento se desenvolveu e conseguiu atingir as metas idealizadas por seus fundadores, que é a integração da comunidade com o Poder Legislativo do Estado do Paraná.

Além dos parlamentares citados, serão homenageados os Srs. Heron Arzua - Secretário de Estado da Fazenda, pelo trabalho em prol do Paraná na sua primeira gestão entre os anos de 1993 a 1994, e também na sua atual gestão à frente daquela pasta; Virgílio Moreira Filho, Secretário de Estado da Indústria do Comércio e Assuntos do Mercosul, pelo seu trabalho à frente daquela Pasta, e também pelo trabalho realizado em prol da Indústria e do Comércio, como Vice-Presidente da Associação Comercial do Paraná, e da Federação das Indústrias do Estado do Paraná. E finalmente ao ex-Deputado Federal Antônio Iosio Ueno, uma das reservas morais da política paranaense, pelo seu esforço na conquista do intercâmbio comercial entre o governo brasileiro e o governo do Japão, cujas conquistas o Brasil desfruta nos dias atuais.

Esses são os motivos que levaram o Movimento Pró-Paraná, presidido pelo eminente jornalista Francisco Cunha Pereira Filho e demais membros de sua diretoria, a conceder o troféu "Guerreiro do Paraná" pelos serviços que essas pessoas já prestaram ao nosso querido Estado e que continuam prestando até os dias de hoje, e esperamos que não se esgotem suas energias e vontade de trabalhar por nosso povo e pelo engrandecimento do querido Estado do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 3669

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e na qualidade de Presidente da Comissão de Segurança Pública, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja reservado o uso do plenário desta Casa de Leis, no próximo dia 29 de novembro, às 8h30m, para reunião da Comissão de Segurança Pública, que contará com a presença de autoridades estaduais.

Sala das Sessões, em 23.11.2005.

(a) DELEGADO BRADOCK

REQUERIMENTO Nº 3685

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a antecipação da Sessão Ordinária do dia 24 de novembro (quinta-feira) para logo após o término da Sessão Ordinária e a diminuição de interstício.

Sala das Sessões, em 23.11.2005.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

REQUERIMENTO Nº 3689

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido na Ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Roni Maciel de Goes, aos 42 anos de idade, nesta Capital.

Era uma pessoa muito querida e admirada por todos que o conheciam, amigos e familiares, deixando muitas saudades. A família recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento. Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 23.11.2005.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 3690

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido na Ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento da Sra. Maria de Lurdes de Lima, aos 88 anos de idade, nesta Capital.

Era uma pessoa muito querida e admirada por todos que a conheciam, amigos e familiares, deixando muitas saudades. A família recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento. Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 23.11.2005.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 3691

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido na Ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento da Sra. Lair Rita Batista Rangel, aos 67 anos de idade, nesta Capital.

Era uma pessoa muito querida e admirada por todos que a conheciam, amigos e familiares, deixando muitas saudades. A família recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento. Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 23.11.2005.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 3692

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido na Ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento da Sra. Irene Vaiguert, aos 84 anos de idade, nesta Capital.

Era uma pessoa muito querida e admirada por todos que o conheciam, amigos e familiares, deixando muitas saudades. A família recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento. Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de

pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 23.11.2005.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 3695

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas legais e na forma regimental, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, o envio de voto de profundo pesar à família Ucci, no município de Tupãssi-PR, pelo falecimento da jovem Eloísa Batista Menegoto, no último dia 20 de novembro.

A Assembléia Legislativa do Paraná, por este Parlamentar, respeitando os sentimentos, diante da consternação da família, manifesta a sua solidariedade rogando ao Altíssimo força e resignação para suportar a perda irreparável.

Que as saudades e a dor do ausência possam ser superadas com a grata lembrança da fecunda convivência de Eloísa Batista Menegoto entre nós e pela certeza de que “aqueles que amamos não morrem, apenas partem antes de nós”.

Caso aprovado o presente requerimento, solicita-se que seja dado ciência à família enlutada, na pessoa do Sr. Ademar Menegoto, via correspondência, a ser encaminhada à avenida Memória, s/nº - CEP: 85.945-000 - Tupãssi-PR.

Sala das Sessões, em 23.11.2005.

(a) ELIO RUSCH

REQUERIMENTO Nº 3696

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas legais e na forma regimental, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, o envio de voto de profundo pesar à família Nunes, no município de Tupãssi-PR, pelo falecimento da jovem Angélica Patrícia Nunes, no último dia 20 de novembro.

A Assembléia Legislativa do Paraná, por este Parlamentar, respeitando os sentimentos, diante da consternação da família, manifesta a sua solidariedade rogando ao Altíssimo força e resignação para suportar a perda irreparável.

Que as saudades e a dor do ausência possam ser superadas com a grata lembrança da fecunda convivência de Angélica Patrícia Nunes entre nós e pela certeza de que “aqueles que amamos não morrem, apenas partem antes de nós”.

Caso aprovado o presente requerimento, solicita-se que seja dado ciência à família enlutada, na pessoa do Sr. Paulo Martins Nunes, via correspondência, a ser encaminhada à Rua Santa Catarina, s/nº - CEP: 85.945-000 - Tupãssi-PR.

Sala das Sessões, em 23.11.2005.

(a) ELIO RUSCH

REQUERIMENTO Nº 3697

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas legais e na forma regimental, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, o envio de voto de profundo pesar à família Ucci, no município de Tupãssi-PR, pelo falecimento do jovem Diego Daniel Ucci, no último dia 20 de novembro.

A Assembléia Legislativa do Paraná, por este Parlamentar, respeitando os sentimentos, diante da consternação da família, manifesta a sua solidariedade rogando ao Altíssimo força e resignação para suportar a perda irreparável. Que as saudades e a dor do ausência possam ser superadas com a grata lembrança da fecunda convivência de Diego Daniel Ucci entre nós e pela certeza de que “aqueles que amamos não morrem, apenas partem antes de nós”.

Caso aprovado o presente requerimento, solicita-se que seja dado ciência à família enlutada, na pessoa do Sr. José Maria Ucci, via correspondência, a ser encaminhada à rua Paraná, s/nº - CEP: 85.945-000 - Tupãssi-PR.

Sala das Sessões, em 23.11.2005.

(a) ELIO RUSCH

REQUERIMENTO Nº 3698

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas legais e na forma regimental, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, o envio de voto de profundo pesar à família Mariussi, no município de Tupãssi-PR, pelo falecimento do jovem João Henrique Mariussi, no último dia 20 de novembro.

A Assembléia Legislativa do Paraná, por este Parlamentar, respeitando os sentimentos, diante da consternação da família, manifesta a sua solidariedade rogando ao Altíssimo força e resignação para suportar a perda irreparável.

Que as saudades e a dor do ausência possam ser superadas com a grata lembrança da fecunda convivência de João Henrique entre nós e pela certeza de que “aqueles que amamos não morrem, apenas partem antes de nós”.

Caso aprovado o presente requerimento, solicita-se que seja dado ciência à família enlutada, na pessoa do Sr. João Mariussi Sobrinho, em Tupãssi-PR.

Sala das Sessões, em 23.11.2005.

(a) ELIO RUSCH

REQUERIMENTO Nº 3663

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, REQUER que seja expedido voto de louvor em homenagem aos 75 anos da imigração menonita ao Brasil.

Sala das Sessões, em 23.11.2005.

(a) AILTON ARAÚJO

JUSTIFICATIVA:

Os menonitas, uma instituição religiosa com mais de quinhentos anos de história, chegou ao Brasil há 75

aos, oriunda, principalmente, da antiga União Soviética, e, desde então, tem contribuído sobre maneira na formação da sociedade brasileira, no que diz respeito ao aspecto econômico, social, cultural e religioso.

No Paraná destacamos, entre outras, a formação da Colônia Witmarsun que muito contribuiu para o progresso da região e do Estado.

REQUERIMENTO Nº 3683

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, vem mui respeitosa-mente REQUERER, votos de louvor à Sra. Amélia da Silva, moradora no município de São José dos Pinhais, pela contribuição dada à comunidade, tendo em vista suas iniciativas principalmente em prol dos idosos.

Uma de duas maiores lutas foi quanto ao benefício gratuito do transporte coletivo no município, para pessoas com mais de 65 anos, que felizmente foi conquistado através da Lei nº 743, de 12 de julho de 2005.

São iniciativas como a sua, pensando no bem-estar coletivo, que a nossa sociedade precisa.

Sala das Sessões, em 23.11.2005.

(a) NEIVO BERALDIN

REQUERIMENTO Nº 3667

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam enviados votos de regozijo pelo 75º aniversário da Sra. Norma Westphal, a realizar-se no dia 12 de dezembro do corrente ano, no município de Cidade Gaúcha/PR.

Requer, ainda, que seja dado ciência, à homenageada enviando correspondência à rua Mário Ribeiro Borges, 2170, CEP: 87.820-000, Cidade Gaúcha-PR.

Sala das Sessões, em 23.11.2005.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

Dois números que juntos formam uma idade. Não importa se fazemos dez ou cem anos. Na verdade, o importante não são os dias que se passaram, mas sim, a forma como vivenciamos cada um dos momentos desses dias.

E dona Norma soube como ninguém utilizar de maneira produtiva e positiva o seu tempo, ao longo desses 76 anos de vida, vem vividos. Colocar seu tempo, a sua dedicação e o seu trabalho em prol do próximo, isto sim, é um verdadeiro ato de amor. E o principal: amor incondicional! Amor por quem nem conhecemos, amor por quem está, na maioria das vezes, desprovido das condições básicas para ter uma vida digna. E ainda: tudo isso de forma voluntária.

Dona Norma, através da sabedoria que só o tempo nos dá, aprendeu que a vida nos presenteia com a mesma intensidade com que nos doamos, em prol dos nossos semelhantes. Dona Norma também aprendeu que é no lar, com o marido e filhos, com a família como um todo,

aonde a verdadeira semente de amor deve ser plantada e receber o tratamento necessário para que possa brotar com raízes bem consolidadas.

Que ao completar 76 anos de idade a senhora continue recebendo todas as bênçãos e proteção especiais de Deus, para, que com o seu sorriso e com o seu trabalho voluntário, a semente do amor continue sendo espalhada entre os moradores de Cidade Gaúcha. Aliás, cidade que lhe deve muita gratidão. Aceite, dona Norma, os nossos mais sinceros votos de felicitações, pela passagem do seu aniversário. Parabéns!

REQUERIMENTO Nº 3668

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam enviados votos de regozijo pelo 85º aniversário da Sra. Edelmira Marcheti, a realizar-se no dia 07 de janeiro de 2006, no município de Guaraniaçu.

Requer, ainda, que seja dado ciência, à homenageada enviando correspondência à rua José Humberto Fernandes, 588, CEP: 85.400-000, Guaraniaçu-PR.

Sala das Sessões, em 23.11.2005.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

Muitas vezes nem percebemos como o tempo passa de forma rápida. Quando percebemos, a idade chegou, os cabelos mudaram de tonalidade e as marcas do tempo ficaram mais visíveis em nossos rostos.

Mas, queiramos ou não, isto faz parte do processo natural da vida. E o mais importante é saber aceitar e respeitá-la e, melhor ainda, extrairmos dela, as maravilhas que nos proporciona.

Dona Edelmina é um exemplo de mulher que soube e sabe viver em plenitude todos os momentos vividos. Aprendeu tanto na dor como na alegria. Aprendeu através das lágrimas e dos sorrisos.

Aprendeu que cada momento é único e que, portanto, devemos estar atentos para tirar dele uma importante lição. Somente assim é que manteremos a jovialidade da nossa cabeça, do nosso coração e do nosso espírito, independente de tempo que a cronologia nos impõe.

Dona Edelmina chega a uma idade invejável por muitos, 85 anos não são apenas dois números. Refletem, acima de tudo, a capacidade de saber viver com inteligência e sabedoria cada minuto e cada situação que se apresentam em nossos dias.

Deixemos que o olhar, o sorriso e os atos de dona Edelmina falem por si. Eles nos atestam que estamos diante de uma grande mulher. Uma mulher que, como poucos, colocou sua vida em prol do próximo. Uma mulher que aprendeu, com a sabedoria da vida, a importância e o valor do amor incondicional. Uma mulher que Deus, com o Seu Infinito amor, vai continuar iluminando e abençoando.

Aceite, dona Edelmina, os nossos mais sinceros votos de felicitações, pela passagem do seu aniversário.

Parabéns!

REQUERIMENTO Nº 3676

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, inserção de votos de regozijo ao Sr. Anderson da Silva, pelos excelentes serviços prestados aos seus clientes.

Sala das Sessões, em 23.11.2005.

(a) CESAR SELEME

REQUERIMENTO Nº 3672

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, inserção de votos de regozijo ao Sr. José Nei Simões Moreira, pelos excelentes serviços prestados aos seus clientes.

Sala das Sessões, em 23.11.2005.

(a) CESAR SELEME

REQUERIMENTO Nº 3679

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, inserção de votos de regozijo ao Sr. Paulo César Monteiro Guimarães, pelos excelentes serviços prestados aos seus clientes.

Sala das Sessões, em 23.11.2005.

(a) CESAR SELEME

REQUERIMENTO Nº 3681

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, inserção de votos de regozijo ao Sr. Valdomiro Alves de Souza, pelos excelentes serviços prestados aos seus clientes.

Sala das Sessões, em 23.11.2005.

(a) CESAR SELEME

REQUERIMENTO Nº 3699

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, inserção de votos de regozijo ao Sr. Pedro João de Salves, pelos excelentes serviços prestados aos seus clientes.

Sala das Sessões, em 23.11.2005.

(a) CESAR SELEME

REQUERIMENTO Nº 3674

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, inserção de votos de regozijo à Sra. Irene Ferreira Bueno de Jess, pelos excelentes serviços prestados aos seus clientes.

Sala das Sessões, em 23.11.2005.

(a) CESAR SELEME

REQUERIMENTO Nº 3675

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, inserção de votos de regozijo à Sra. Janaina de Almeida, pelos excelentes serviços prestados aos seus clientes.

Sala das Sessões, em 23.11.2005.

(a) CESAR SELEME

REQUERIMENTO Nº 3678

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, inserção de votos de regozijo à Sra. Oksana K. Krygierowicz, pelos excelentes serviços prestados aos seus clientes.

Sala das Sessões, em 23.11.2005.

(a) CESAR SELEME

REQUERIMENTO Nº 3682

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, inserção de votos de regozijo à Sra. Suzana de Fátima Leonarczik, pelos excelentes serviços prestados aos seus clientes.

Sala das Sessões, em 23.11.2005.

(a) CESAR SELEME

REQUERIMENTO Nº 3673

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, inserção de votos de regozijo aos sócios: Eweton Ribeiro Prochmann e Cristiane Prochmann, pelos excelentes serviços prestados aos seus clientes.

Sala das Sessões, em 23.11.2005.

(a) CESAR SELEME

REQUERIMENTO Nº 3677

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, inserção de votos de regozijo aos sócios: Maria Aparecida Bergamo Trevisan e José Luiz Bergamo, pelos excelentes serviços prestados aos seus clientes.

Sala das Sessões, em 23.11.2005.

(a) CESAR SELEME

REQUERIMENTO Nº 3680

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

douto Plenário, inserção de votos de regozijo ao Dr. Plácido Jorge, pelos relevantes serviços prestados na área jurídica à comunidade paranaense.

Sala das Sessões, em 23.11.2005.

(a) CESAR SELEME

REQUERIMENTO Nº 3700

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, inserção de voto de regozijo aos sócios: Celso Olimpio Ferreira de Lima e Pedro Henrique Ferreira de Lima, pelos excelentes serviços prestados aos seus clientes.

Sala das Sessões, em 23.11.2005.

(a) CESAR SELEME

REQUERIMENTO Nº 3684

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, vem, mui respeitosamente, REQUERER, votos de regozijo ao Sr. José Xavier Nogueira, que irá comemorar os seus oitenta anos no dia 30 de novembro de 2005.

Gaúcho, nascido em Pelotas, veio a Curitiba, em 1974, com seus filhos, transferido pelo Ministério da Fazenda, construindo aqui sua vida.

Lutador constante, merece nossa homenagem por essa caminhada de oitenta anos.

Sala das Sessões, em 23.11.2005.

(a) NEIVO BERALDIN

REQUERIMENTO Nº 3686

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, Deputado que este subscreve, PEDE a inserção nos Anais da presente Sessão, de voto de apoio à Federação das Santas Casas de Misericórdia e Hospitais Beneficentes do Estado do Paraná à Confederação das Santas Casas de Misericórdia, Hospitais e Entidades Filantrópicas do Brasil - CMB, pelo movimento nacional de enfrentamento definitivo para reajuste adequado das tabelas do SUS, na pessoa do Presidente da Federação das Santas Casas de Misericórdia e Hospitais Beneficentes do Estado do Paraná, Charles London, rua Padre Anchieta, 1691 - sala 505 - Champagnat, CEP 80730-000.

Sala das Sessões, em 23.11.2005.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

Como é do conhecimento de todos, há onze anos o segmento hospitalar privado filantrópico vem sofrendo de maneira continuada, um grande déficit na relação convencional estabelecida com o Sistema Único de Saúde - SUS.

O próprio Ministério da Saúde oficialmente reconhece a defasagem nas tabelas de preços do SUS de, no mínimo, 110%. Na grande maioria dos hospitais, a partir de realidade comprovada contabilmente, tem-se que,

cada R\$ 100,00 de custos na assistência de uma paciente do Sistema, recebe-se deste, em média, R\$ 55,00.

Para as instituições, esta diferença entre custo e receita tem aumentado cada vez mais o endividamento bancário, inadimplência com fornecedores, práticas salariais insuficientes, não recolhimento de tributos sociais, dilapidação patrimonial, depreciação física e tecnológica, entre outras incidências.

Conforme a Lei nº 8080, no capítulo que trata da participação do SUS, artigos 24 e seguintes, caso específico e preferencial dos prestadores privados filantrópicos, é inquestionável o direito do equilíbrio econômico-financeiro nos convênios firmados, havendo clara responsabilidade do gestor federal nas edições das tabelas de contraprestação, como também a Lei nº 8666, artigo 65, inciso II, alínea "d".

Comparativamente com os prestadores de serviços públicos, próprios do SUS, os custos para o Sistema, advindos do segmento privado filantrópico, são absurdamente menores, o que requer a prevalência do interesse da sociedade na otimização e correta aplicação dos recursos.

Apesar de reiterados pleitos para adequações das tabelas do Sistema, efetivados ao longo dos últimos dez anos, o que se obteve foram medidas paliativas, conforme se verifica no indicador do reajuste da tabela do SUS, que não prioriza a atenção hospitalar brasileira, demonstrada pelo Conass quando lhe é atribuído deliberar sobre este assunto.

Diante do exposto, reitero meu apoio à Federação das Santas Casas de Misericórdia e Hospitais Beneficentes do Estado do Paraná, à Confederação das Santas Casas de Misericórdia, Hospitais e Entidades Filantrópicas do Brasil - CMB, pelo movimento nacional de enfrentamento definitivo para reajuste adequado das tabelas do SUS, realizado no último dia 18.

REQUERIMENTO Nº 3664

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, seja inserido em Ata dos trabalhos deste Poder Legislativo, voto de solidariedade ao Comandante do Policiamento da Capital, Coronel Avelino José Novakoski, afastado na data de ontem pelo Governador Roberto Requião, por haver sido citado em investigação da Promotoria de Investigação Criminal de Foz do Iguaçu, na denúncia de que policiais estariam recebendo propina de empresários que controlavam jogos ilegais na cidade.

Sala das Sessões, em 23.11.2005.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 3665

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, o envio de expediente à Bancada paranaense no Congresso Nacio-

nal, pedindo empenho dos Deputados e Senadores na aprovação do Plano de Carreira da Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária).

A Embrapa é, hoje, a maior empresa de pesquisa agropecuária tropical do mundo. As tecnologias, os produtos e os serviços gerados por ela e seus trabalhadores, têm garantido bons resultados do agronegócio brasileiro e de nossa balança comercial, bem como a melhoria de renda dos agricultores e da sua permanência no campo, com qualidade de vida. O balanço social da empresa indica o impacto das tecnologias geradas e mostra que para cada real aplicado em pesquisa, doze retornam em benefício à sociedade. Esse impacto evidencia que a instituição produz recursos suficientes para garantir a implantação do seu Plano de Carreira.

Lamentavelmente, a falta de um Plano de Carreiras na Embrapa, adequado à realidade do mercado de trabalho, vem promovendo a saída de muitos funcionários qualificados, bem como não está atraindo novos talentos para a empresa, passando inclusive por um processo de renovação do quadro de funcionários com a implantação do Programa de Desligamento Incentivado (PDI).

Portanto, pelos motivos expostos, peço a meus Pares apoio para esta proposta.

Sala das Sessões, em 23.11.2005.

(a) ANDRÉ VARGAS

REQUERIMENTO Nº 3693

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviada correspondência ao Exmo. Sr. Governador do Estado, Roberto Requião, solicitando que seja revista sua decisão de afastar o Comandante do Policiamento da Capital, Coronel Avelino José Novakoski, por haver sido citado em investigação da Promotoria de Investigação Criminal de Foz do Iguaçu, na denúncia de que policiais estariam recebendo propina de empresários que controlavam jogos ilegais na cidade.

Tal solicitação justifica-se pelo fato de o Coronel Avelino estar a serviço da Polícia Militar do Paraná há trinta e um anos, tendo sido condecorado por autoridades civis e militares nas localidades onde estava lotado, pela excelência do trabalho realizado e por nunca haver sofrido nenhum tipo de punição.

Sala das Sessões, em 23.11.2005.

(a) JOCELITO CANTO

Apoiamento:

Luiz Carlos Martins, Valdir Rossoni, Delegado Bradock, Tadeu Veneri, André Vargas, Hermes Fonseca, Natálio Stica, Elio Rusch, Luciana Rafagnin, Carlos Simões, Miltinho Pupio, Antonio Anibelli, Nelson Justus, Plauto Miró Guimarães, Nelson Garcia, Barbosa Neto, Ailton Araújo, Neivo Beraldin e uma ilegível.

REQUERIMENTO Nº 3661

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o pedido de informações ao Tribunal de Contas do Paraná, às seguintes questões:

1. quais as entidades filantrópicas e prefeituras que receberam recursos financeiros em 2003, 2004 e 2005, oriundas da Assembléia Legislativa?

2. Quais as entidades filantrópicas e prefeituras que até a presente data não tiveram as suas prestações de contas aprovadas junto ao Tribunal de Contas do Paraná?

Sala das Sessões, em 23.11.2005.

(a) NEIVO BERALDIN

Presidente da Comissão de Fiscalização

REQUERIMENTO Nº 3702

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, informações e cópia dos empenhos abaixo relacionados, bem como cópias das notas fiscais respectivas:

	Empenho nº	Data
01	79000000-5-00002.3	01/01/2005
02	11000000-5-00013.0	01/01/2005
03	11000000-5-00139.0	31/01/2005
04	11000000-5-00014.8	01/01/2005
05	11000000-5-00012.1	01/01/2005
06	11000000-5-00011.3	01/01/2005
07	11000000-5-00260.4	04/03/2005
08	11000000-5-00259.0	04/03/2005
09	11000000-5-00454.2	25/04/2005
10	69610000-5-00539.3	18/05/2005
11	11000000-5-00656.1	20/05/2005
12	79000000-5-00063.5	30/05/2005
13	79000000-5-00064.5	30/05/2005
14	11000000-5-00918.8	29/06/2005
15	11000000-5-00947.1	05/07/2005
16	79000000-5-00101.1	25/07/2005
17	11000000-5-01222.7	18/08/2005

Requer, outrossim, que após a decisão do Plenário sejam enviados expedientes ao Sr. Heron Arzua, mui digno Secretário da Fazenda do Estado do Paraná, avenida Vicente Machado, nº 445, 17º andar, CEP 80420-010 - Curitiba/PR.

Sala das Sessões, em 23.11.2005.

(a) ANDRÉ VARGAS

REQUERIMENTO Nº 3688

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Companhia Paranaense de Energia Elétrica - Copel, no sentido de atender ao pedido do Sr. Eron da Silveira Santos, residente na localidade denominada Fundo do Mato, no município de Contenda-PR, que solicita agilização no atendimento do Protocolo nº 6.3419262, datado de 19/05/2004, referente à implantação do Luz no Campo.

Sua família e seus vizinhos que ainda não dispõem do benefício, estão enfrentando muitas dificuldades pela falta de energia elétrica, motivo pelo qual solicita tal agilização no atendimento do pedido. Se necessário informações complementares, recomendamos contato com o requerente pelo telefone 9604-4982.

Sala das Sessões, em 23.11.2005.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 733/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica concedida a isenção do ICMS, incidente sobre a parcela da subvenção de tarifa de energia elétrica, estabelecida pelas Leis Federais nºs 10.438/2000 e 10.604/2002.

Parágrafo único. Para aplicação da isenção de que trata o *caput*, consideram-se operações de fornecimento de energia elétrica a consumidores enquadrados na “subclasse residencial baixa renda” somente aqueles que atendam às condições fixadas nas Resoluções nºs 246/2002 e 485/2002 da Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel.

Art. 2º Ficam concedidas a remissão total e a anistia das penalidades relativas ao ICMS, incidente sobre a parcela da subvenção de tarifa de energia elétrica de que trata o artigo anterior.

Parágrafo único. Cabe à autoridade fiscal, por intermédio de despacho fundamentado, reconhecer a remissão e a anistia de eventual crédito lançado ou a ser lançado.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23.11.2005.

(a) ALEXANDRE CURI

JUSTIFICATIVA:

A Lei Federal nº 10.438//2002, criou o benefício tarifário denominado “baixa renda”, o que resultou em considerável redução de receita das empresas distribuidoras e, conseqüentemente, implicou desequilíbrio econômico-financeiro dos respectivos contratos de concessão. Já a Lei nº 10.604/2002, visando restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão, estabeleceu valor subvencionado para recompor a equação econômico-financeira dos contratos de concessão.

No que diz respeito aos efeitos na tarifa atual do consumidor baixa renda com a incidência do ICMS, constata-se que essa incidência sobre a tarifa sem desconto (subsídio) implicará em aumento no valor a pagar para o consumidor de baixa renda, da ordem de 11,66% a 60,29%, recaindo a incidência maior justamente nas classes com menor consumo. Excluindo-se as famílias que são atendidas pelo Programa Luiz Fraterna, restam aproximadamente 450 mil famílias a serem diretamente afetadas pelo aumento.

Face às peculiaridades e características especiais que envolvem a Concessionária de Energia Elétrica e os consumidores classificados na “subclasse residencial baixa renda”, visando não atingir de forma negativa a política que vem sendo desenvolvida pelo Estado do Paraná no campo social, em prol dos paranaenses mais necessitados, torna-se necessário:

1. Conceder isenção do ICMS relativamente ao imposto incidente sobre a parcela de subvenção de tarifa de energia elétrica, de que tratam as Leis Federais nºs 10.438/2002 e 10.604/2002.

2. Em relação ao período passado e que retroage até 02/2002, com fundamento nas normas dispostas nos artigos 172, inciso IV, e 180, ambos do CTN, autorizar a autoridade fiscal, por intermédio de despacho, reconhecer a remissão total de crédito tributário, eventualmente lançados ou não, bem como conceder total anistia em relação às penalidades relacionadas a esse período, face às peculiaridades e características especiais que envolvem a Concessionária e os consumidores de energia elétrica classificados como de baixa renda, com vistas a não atingir de forma negativa a política que vem sendo desenvolvidas pelo Estado do Paraná, no campo social.

Desta maneira, este projeto legislativo visa fazer justiça fiscal para proteger a população de baixa renda e confirmar a política social implantada pelo Governo do Estado do Paraná.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares, à aprovação da presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 734/2005
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam revogadas a Lei nº 11.035, de 04 de janeiro de 1995, que instituiu as normas gerais sobre sorteio da modalidade denominada Bingo e a Lei nº 11.668, de 28 de janeiro de 1997, que alterou a redação da referida Lei nº 11.035.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 23.11.2005.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

O plano de lei, que ora apresentamos, objetiva restabelecer a constitucionalidade no ordenamento legislativo paranaense no que se refere ao tema em questão (bingos), pois as normas atacadas, Leis nºs 11.035/95 e 11.668/97, afrontam o inciso I, do artigo 22, da Constituição Estadual.

Tais leis foram editadas com base nas disposições da Lei Federal nº 9.615/98 que autorizava e regulamentava a realização de jogos de bingos com a finalidade de financiar atividades desportivas. Ocorre que a Lei Federal nº 9.981/2000 ao revogar a Lei nº 9.615, revogou, também, as autorizações para a exploração do jogo de bingo.

O nosso principal fundamento é que a iniciativa das leis que pretendemos revogar, são sem sombra de dúvidas, de competência exclusiva da União Federal, descabendo ao Poder Legislativo do Estado do Paraná, legislar sobre o tema.

Neste sentido, com o intuito de resolver dissentimento havido quando da edição das normas atacadas, conclamo a todos os nobres Pares desta Assembléia, o devido apoio ao presente projeto de lei, por se tratar de matéria corretiva necessária.

PROJETO DE LEI Nº 735/2005
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a Associação de Moradores Cultura Lazer e Turismo do Bairro Novo - A, com sede e foro no município de Curitiba-PR.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 23.11.2005.

(a) LIZ CARLOS MARTINS

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Moradores Cultura Lazer e Turismo do Bairro Novo - A, CNPJ/CEI 00948009/000-

29, fundada no dia 03 de junho de 1995, com sede provisória sito à rua Ministro Flávio Suplicy de Lacerda, nº 659, no Bairro Novo - A, município de Curitiba, no Estado do Paraná, é uma sociedade civil sem finalidade lucrativa, política, partidária ou religiosa, que tem por finalidade promover, contribuir e representar os moradores da comunidade do Bairro Novo - A.

Várias são as atividades realizadas pela Associação, visando a promoção e desenvolvimento de vida comunitária, bem como a orientação direcionada ao desenvolvimento humano, cultural, social, econômico e bem-estar da comunidade.

O trabalho voluntário voltado às crianças do bairro, é realizado em parceria com a Secretaria de Estado de Esporte e Lazer do Bairro Novo, sendo que no ano de 2004 foram atendidas aproximadamente 260 crianças.

Inúmeras atividades esportivas são realizadas, bem como festivais, torneios, brincadeiras, festas de confraternização e distribuição de doces, passeios de crianças e idosos e outros, com apoio das Secretarias de Esporte e do Abastecimento - FAS e Fundação Cultural do Bairro Novo.

Além do trabalho citado acima, são distribuídos às populações carentes: roupas, cobertores, brinquedos e alimentos.

Face ao exposto, e testemunhas que somos de importante trabalho e das atividades desenvolvidas pela Associação de Moradores Cultura Lazer e Turismo do Bairro Novo - A, bem como analisando toda a documentação da entidade que encontra-se dentro do solicitado pela legislação que rege a matéria, coloco à apreciação do Plenário este projeto solicitando apoio dos nobres Pares desta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI Nº 736/2005
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam restabelecidos, nas condições fixadas nesta lei, os benefícios no âmbito do ICMS que tenham sido cancelados, ou descumpridos antes do seu termo final de fruição, relativos ao Programa Bom Emprego, ao Programa Mais Emprego e ao Programa de Desenvolvimento Econômico, Tecnológico e Social do Paraná - Prodepar.

Parágrafo único. O benefício previsto no *caput* alcança apenas as empresas industriais que tenham cumprido as metas fixadas de emprego e investimento até a data do cancelamento ou descumprimento do Programa.

Art. 2º O contido no artigo anterior implica em:

I - concessão de novo período de fruição, equivalente à quantidade de meses faltantes para completar o prazo da concessão original, incluído neste o fixado em Protocolos ou Acordos de Intenções, Termos de Acordo

de Regime Especial, Termos de Acordo de Parcelamento e seus aditivos, tendo como limite máximo 48 meses;

II - restabelecimento do saldo não aproveitado do valor do investimento realizado, devidamente corrigido pelo FCA, para ser utilizado no novo período de fruição dos benefícios, na forma do inciso anterior;

III - restabelecimento, no mesmo número de meses da concessão original, dos prazos concedidos para pagamento das parcelas enquadradas nos programas referidos no artigo 1º, nele incluídos o número de meses em que o benefício foi utilizado antes do seu cancelamento ou do seu descumprimento, observado o limite máximo de meses fixado no inciso I;

IV - concessão de parcelamento para os créditos tributários pendentes de pagamento, que sejam decorrentes do inadimplemento de quaisquer das obrigações dos programas cancelados, referidos no artigo anterior, e dos créditos tributários do estabelecimento, pendentes de regularização, gerados entre a data do cancelamento do programa e a de vigência desta lei.

Parágrafo único. Tratando-se de expansão de estabelecimento, a média do ICMS histórico verificada quando da concessão do benefício, será monetariamente corrigida pelo Fator de Correção e Atualização (FCA) dos tributos estaduais.

Art. 3º O crédito tributário que se refere o inciso IV, do artigo anterior poderá ser parcelado em até 120 meses, dispensada a exigência da multa e dos juros vencidos até a data do deferimento do parcelamento.

Parágrafo único. O não pagamento de três parcelas consecutivas ou de seis parcelas alternadas, implica a perda do parcelamento e o conseqüente restabelecimento das parcelas de multa e juros dispensados.

Art. 4º No caso de dívida ativa ajuizada, os honorários serão pagos no mesmo número de parcelas concedidas ao pagamento do principal, com os mesmo acréscimos financeiros sobre o incidente.

Art. 5º O crédito tributário, referido no inciso IV do artigo 2º, com o valor fixado nos termos do artigo 3º, poderá ser compensado com precatórios vencidos do Estado do Paraná, próprios ou adquiridos por cessão, ou com créditos acumulados de ICMS, desde que habilitados pela Secretaria da Fazenda.

Art. 6º O estabelecimento que possua programa de benefício e se enquadre nas condições estabelecidas no artigo 1º, que não deseje participar do restabelecimento dos programas ali indicados, poderá, nas mesmas condições previstas no artigo 3º, parcelar seus débitos de ICMS no prazo de 180 meses.

Art. 7º O Programa Bom Emprego Fiscal poderá ser ampliado, em termos de benefícios fiscais, de forma a neutralizar incentivos concedidos por outros Estados;

Art. 8º O Poder Executivo adotará as medidas necessárias ao fiel cumprimento desta lei.

Sala das Sessões, em 23.11.2005.

(a) DURVAL AMARAL

Apoiamento:

Valdir Rossoni, Elio Rusch, Nelson Garcia e Barbosa Neto.

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei objetiva dar solução a questões sugeridas em decorrência do cancelamento de benefícios fiscais, por variadas razões, de empresas industriais que realizam investimentos no Estado.

A grande questão colocada do ponto de vista da economia local é a de que muito esforço fez o Governo para atrair investimentos industriais para o Estado do Paraná; fábricas foram construídas, ampliadas e reativadas, empregos foram criados e um simples erro de cálculo ou atraso de poucos dias no pagamento do imposto devido, resultavam no cancelamento dos benefícios, com vencimento antecipado de todas as parcelas, com multas, juros e correção monetária retroativos, tornando a dívida impagável, transformando os programas de incentivo ao crescimento paranaense em verdadeiro pesadelo para as empresas que aqui fizeram seus investimentos.

Não há razão para que o investimento em uma fábrica que tem mercado e condições de progredir, seja inviabilizado pelo vencimento de uma só vez de todas as parcelas do programa que deveriam, no geral, ser amortizadas em, no mínimo, quatro anos. De outro, ninguém investe em uma fábrica para cometer fraudes contra o erário; não é disso que trata o presente projeto. Trata-se de restabelecer os programas e abrir possibilidade jurídica para que essas empresas possam regularizar seus débitos junto ao Estado e fruir dos benefícios contratados com o Estado do Paraná, tendo em vista que se tratavam de benefícios concedidos sob condição onerosa.

Para se ter uma clara idéia dos critérios de cancelamento dos programas de incentivo, transcrevemos a seguir o texto original, constante do Decreto nº 1.465/2003 que implantou o Programa Bom Emprego, com especial enfoque para o que consta dos parágrafos do artigo 8º, como segue:

Capítulo V

Do Cancelamento da Autorização no Programa

Art. 8º Implicará cancelamento do Programa autorizado, a ocorrência de uma das seguintes situações:

I - prestação de informações incorretas, utilização de documentos indôneos ou ações que caracterizam fraude ou simulação, que tenham fundamentado o deferimento da autorização ao Programa;

II - inadimplência em relação do ICMS devido pelo estabelecimento autorizado, objeto ou não do Programa, ou por outro estabelecimento da empresa;

III - não extinção integral dos créditos tributários de que tratam os incisos I e II do artigo 7º, nos prazos lá indicados, no montante a duas parcelas mensais; nova

redação dada ao inciso III pelo artigo 1º, do Decreto nº 2.914, de 04.05.2004;

Redação original, em vigor no período de 18.06.2003 a 03.05.2004:

“III - não extinção integral dos créditos tributários de que tratam os incisos I e II do artigo 7º, nos prazos lá indicados:”

IV - omissão na entrega de GIA/ICMS das inscrições principal ou auxiliar do estabelecimento autorizado;

V - inobservância a qualquer das exigências para a habilitação do estabelecimento ao Programa, durante o período de sua fruição até o pagamento da última parcela do imposto.

VI - desativação do estabelecimento autorizado;

§ 1º A inadimplência total ou parcial da primeira parcela enquadrada no Programa importará na perda automática e parcial da validade do ato autorizativo, ocasionando a perda do benefício em relação ao mês em que ocorrer o fato, devendo ser recolhido o imposto com os acréscimos legais previstos na legislação.

§ 2º O não recolhimento integral do valor e devidos acréscimos legais, de que trata o parágrafo anterior, resultará na inserção do débito em dívida ativa, acarretando o cancelamento do Programa autorizado em virtude da hipótese prevista no inciso II deste artigo.

§ 3º O cancelamento da autorização, nos termos deste artigo, devidamente notificado o contribuinte, implicará vencimento integral de todas as parcelas vencidas do imposto objeto do Programa, declaradas ou não, e o termo inicial para o cálculo dos valores devidos, inclusive de seus acréscimos decorrentes de atualização monetária, juros e multa, retroagirá às respectivas datas correspondentes ao vencimentos das primeiras parcelas do ICMS incremental declarado na inscrição auxiliar.

§ 4º Aplica-se aos débitos vencidos no termo deste artigo, relativamente à parcela não extinta, o rito especial de que trata o artigo 57 da Lei nº 11.580, de 14 de novembro de 1996.

Como se vê do texto acima, a inadimplência parcial, que poderia ser decorrentes de erro do preenchimento da guia, quase sempre de valor irrisório, se não fosse percebida dentro do próprio mês resultaria em cancelamento automático do Programa. Dificilmente esse tipo de erro é percebido no próprio mês, pois a empresa, ao pagar o imposto, imagina-o correto. Assim, normalmente só dele toma conhecimento quando da cientificação da inscrição em dívida ativa da diferença, ocasião em que os benefícios já estão cancelados.

Não havia razão lógica a justificar tal procedimento, depois de um longo trabalho realizado no sentido de atrair empresas para o Estado, após a concretização dos investimentos e a contratação de funcionários, sem qualquer aviso, por questões menores, o programa era cancelado e a empresa de uma hora para outra torna-se devedora de vultosas importâncias a título de imposto, multas e acréscimos legais.

Hoje, a legislação não mais prevê o cancelamento automático dos programas, no entanto, as empresas que tiveram cancelados seus benefícios em razão das regras anteriormente vigentes, não tiveram os seus programas restabelecidos, e continuam sem uma efetiva solução para os valores inscritos em dívida ativa resultante do arbitrário procedimento fiscal.

Tendo em vista que essa situação alcança várias empresas industriais cujos empreendimentos, tendo em vista a sua localização geográfica e tipo de produto fabricado, são considerados de relevante interesse à economia do Estado é que este projeto busca recompor os benefícios cancelados e viabilizar a solução de eventuais passivos tributários, permitindo, desta forma, a continuidade de suas operações, a manutenção dos empregos e a geração de tributos, considerando que, se permanecer como está, torna-se impossível a manutenção do funcionamento de tais empresas, resultando em grande perdas econômicas e sociais ao Estado do Paraná.

De outro lado, busca o presente projeto de lei, a convalidação dos Acordos e Protocolos de Intenções firmados pelo Estado do Paraná com as empresas que realizam investimentos no território paranaense como condição à obtenção de incentivos fiscais no âmbito do ICMS.

Como se sabe, algumas empresas tiveram e têm respeitado na íntegra os seus Acordos e Protocolos de Intenções firmados com o Estado do Paraná e deles vêm usufruindo sem sofrer nenhuma restrição aos benefícios contratados. Outras, no entanto, que tiveram necessidade de depender da administração para ver solucionadas meras questões formais relativas ao cumprimento dos acordos, não vêm conseguindo obter a fruição dos benefícios que lhe haviam sido formalmente concedidos. Para uns, o Governo cumpre o contrato. Para outros, descumpre e os obriga a recontratar o prometido sob pena de perda total das condições acordadas.

Pretende-se, neste caso, dar tratamento isonômico para todos os que cumpriram a sua parte dos compromissos firmados com o Estado do Paraná, garantindo-lhes a plena fruição das condições acordadas.

Pequeno Expediente:

Encontro Regional dos Estados do Sul - Associação Brasileira das Escolas do Legislativo

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Com muita satisfação, anuncio a composição da Mesa.

Composição da Mesa

“Deputado Estadual Celestino Secco, Presidente da Escola do Legislativo de Santa Catarina; Desembargador Noeval de Quadros, Diretor-Geral da Escola de

Magistratura; Desembargador Miguel Tomaz Pessoa Filho; Sandra Cantarin Pacheco, Diretora da Escola do Legislativo do Paraná; Deputado Reni Pereira, 1º Secretário da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná; Deputada Cida Borghetti, 2ª Secretária da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.”

Introdução

Temos a honra de receber a visita do nosso colega Deputado Estadual Celestino Secco, que é Presidente da Escola do Legislativo de Santa Catarina, que vem à Assembléia Legislativa do Estado do Paraná nos orientar, porque há uma determinação nesta Casa de criarmos essa escola. E já temos inclusive a indicação da nossa querida jornalista, Sandra Pacheco, que é Diretora da nossa escola.

Quero agradecer também a presença do Desembargador Noeval de Quadros, Diretor-Geral da Escola de Magistratura do nosso Estado; do Governador Miguel Tomaz Pessoa Filho, que muito nos honra com a sua presença; Deputado Reni Pereira na 1ª Secretaria e Deputada Cida Borghetti na 2ª Secretaria.

Agradecemos a presença dos servidores do Tribunal de Contas e da Assembléia Legislativa; todos aqueles que têm realmente interesse em que tenhamos uma escola forte, importante no Legislativo paranaense.

Com certeza, não servirá só para os servidores desta Casa; abriremos a possibilidade de atender aos outros poderes e mesmo aqueles que não fazem parte dos mesmos.

De imediato, passo a palavra ao nosso ilustre visitante, Deputado Estadual Celestino Secco.

Oradores:

Deputado Celestino Secco - Presidente da Escola do Legislativo de Santa Catarina

O SR. CELESTINO SECCO

Faço uma saudação primeira e especial, ao Deputado Hermas Brandão, Digníssimo Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, que nos recebeu com muita lhanza desde a manhã de hoje.

Saúdo o Desembargador Noeval de Quadros, Diretor-Geral da Escola de Magistratura; Desembargador Miguel Tomaz Pessoa Filho; Deputado Reni Pereira; Deputada Cida Borghetti; e, fazer uma saudação especial à Sandra Pacheco, já escolhida pelo Presidente Hermas, para dirigir a Escola da Assembléia Legislativa do Paraná; à Carla, Diretora da Escola de Santa Catarina; Avelina, Diretora da Escola do Rio Grande do Sul. Saúdo as Sras. Deputadas, os colegas Deputados, servidores da Assembléia Legislativa, servidores do Tribunal de Contas, senhoras e senhores:

Estou absolutamente convencido do extremo acerto que comete a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná ao institucionalizar o permissivo constitucional, que é a criação de uma escola do Legislativo.

A nossa escola fará, no próximo 12 de dezembro, seu quinto aniversário. Ela começou voltada para dentro de si própria para capacitar e fazer curso de formação aos servidores, aos Parlamentares e aos assessores dos Parlamentares da Assembléia Legislativa. Depois, percorreu um caminho que foi o de preparar alunos das escolas públicas carentes, em cursos pré-vestibulares. Avançou na preparação de estagiários da raça negra para atuarem dentro da Assembléia, nos gabinetes de Deputados e nas diversas seções, no Programa Projeto Antonieta de Barros. Mais tarde, valeu-se dos equipamentos de computação que estavam sendo deixados de lado pela superação tecnológica para, novamente oferecer aos alunos carentes a inclusão digital ou a eliminação do analfabetismo tecnológico.

A partir deste ano a Escola do Legislativo fez o seu planejamento estratégico anual e buscou parcerias com as Escolas da Magistratura e a do Governo, com as universidades, com o Instituto Histórico Geográfico, Academia Catarinense de Letras, com muitas entidades e especialmente com as Associações Regionais de Câmaras de Vereadores. Voltou-se nesse trabalho para ir ao encontro das câmaras de vereadores, dos seus vereadores, dos agentes políticos, dos agentes públicos dos nossos municípios. E ao redor, cinco mil pessoas tiveram a oportunidade de freqüentar os eventos, cursos de formação política. John Grein diz que: “o ensinamento puro e simples não nos torna livres.” E também nenhum projeto político, por si só, pode salvar a humanidade. Mas, também colho de um extraordinário pensador de mais de dois mil anos atrás - o ensinamento que é mais moderno agora do que nunca - Sócrates diz: “as nossas sociedades só poderiam ter um desenvolvimento harmônico, se os seres humanos só tivessem a capacidade e a condição de harmonizar as duas asas: da ciência, da ética e da virtude.”

É claro que as nossas escolas regulares têm enorme dificuldade de avançar numa outra direção que não seja na da ciência e tecnologia, porque para elas e para o próprio mercado, o progresso tem a característica da realidade. Mas este só faz aumentar o conhecimento e o poder do homem, não a sua humanidade.

A Escola do Legislativo tem o condão, o dever, a missão e a meta de trabalhar a cidadania, os valores os princípios e não apenas o saber. Ela pode e deve aplicar o conceito de desenvolvimento e progresso à ética e essencialmente à política com valores humanos. A Escola do Legislativo - e só ela - pode ajudar o Parlamento a encontrar uma forma de reescrever o que tenho chamado de contrato que deve existir entre a sociedade e o Parlamentar, entre a sociedade e o Poder Legislativo. Há uma distância muito grande entre o universitário, o comerciante, os que recebem a presença da política, e o político.

A Escola do Legislativo vai, sem sombra de dúvida, ajudar esse reencontro da classe política com a sociedade da qual é beneficiária.

E quero lhes dar o testemunho do Presidente da Escola do Legislativo, não de Parlamentar: temos encontrado uma receptividade enorme, não apenas na classe política, nos Vereadores, nos funcionários municipais ou funcionários das câmaras de vereadores, mas uma receptividade muito grande nas escolas públicas, nas escolas privadas, onde temos levado esta mensagem do papel, da ferramenta que pode se tornar a Escola do Legislativo.

Quando falamos, nos colégios, que a Assembléia Legislativa tem uma escola, a maioria dos professores, dos alunos, das pessoas que mais ouvem, estranham muito. “Mas, como é que a Assembléia tem uma escola?”

Ela tem exatamente isto, para fazer o que o pedagogo Jean Piaget disse: “para voltar a provocar a indignação, para voltar a provocar, no meio universitário e na sociedade, o debate, a contestação, para nos aproximarmos de novo da sociedade”. O Parlamento, não acredito que seja o mais corrupto ou o único corrupto dos órgãos públicos - mas é, sem sombra de dúvidas, aquele que mais recebe o dedo duro da crítica.

E se continuarmos trabalhando esta dimensão de termos a Escola do Legislativo como ferramenta, como este instrumento do Poder para nos aproximarmos da sociedade, para redesenharmos o papel que sabemos que desenvolvemos, mas que ficou distante dos olhos e da crítica da sociedade, vamos nos reencontrar - política, ética e sociedade -, numa outra dimensão. Quem trabalha com educação, trabalha muito mais do que a informação e o conhecimento. E a Escola do Legislativo trabalha esta dimensão do sonho das pessoas, de verem no Parlamentar e no Parlamento aquele que abre caminhos, que derruba cercas, que constrói atalhos para qualificar as políticas públicas. E mais do que isso, para fazer com que o serviço público chegue de forma mais rápida, mais acessível ao cidadão.

Cada curso que a Escola do Legislativo promove, deve promover buscando um resultado, sim, mas, sim do que isso, buscando da sociedade uma reação.

Acho que hoje, nós, os políticos, que vivemos esta grande e difícil etapa da política, precisamos muito da Escola do Legislativo. E não apenas a Diretora da escola, os funcionários ou o Presidente do Poder. Cada Parlamentar vai poder perceber que este é um ferramental, que este é um instrumento que deve estar disponível para que com ele eliminemos cada vez mais as inseguranças psicológicas e as inseguranças sociais que permeiam a atividade política.

Quero dar o depoimento para estimular, porque estou absolutamente convencido que, no momento em que estivermos operando a Escola do Legislativo do Estado do Paraná, poderemos fazer, integradamente, as três escolas, mais as Escola do Tribunal de Contas dos três estados, integrarem a preparação dos nossos municípios, dos nossos gestores públicos, para repensarmos a

administração pública e a ética na política e no trato da coisa pública.

A Escola do Legislativo vista dessa forma, não será apenas para educar, informar; mas, será para construir os novos líderes, que necessariamente têm que ser concebidos e construídos, já que os diretórios acadêmicos estão cerceados neste projeto de fazer líderes. Penso que os Parlamentos poderão utilizar os seus recursos, onde residem extraordinários profissionais, para fazerem essa diferença na capacitação e na valorização do próprio trabalho parlamentar, que é exaustivo, intenso, participativo, que interfere quase que diariamente na vida das pessoas, e elas não conseguem entender nem avaliar a dimensão do que faz a política em suas vidas.

Era o meu depoimento Deputado Hermas, Deputadas e Deputados, colegas do Legislativo do Paraná, orgulhando-me de estar aqui no início dessa caminhada da Escola do Legislativo paranaense, tendo certeza que, num futuro muito breve, com o apoio dos 54 Parlamentares desta Casa, será sem sobra de dúvidas, uma das melhores escolas do Brasil.

É a nossa torcida.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Com a palavra o Desembargador Noeval de Quadros, Diretor-Geral da Escola da Magistratura.

Desembargador de Quadros - Diretor Geral da Escola da Magistratura

O SR. NOEVAL DE QUADROS

Deputado Hermas Brandão, Deputado Celestino Cecco, autoridades, em nome de quem cumprimento todas as demais componentes da Mesa, e do plenário, senhoras e senhores.

É com honra que o Desembargador Miguel Tomaz Pessoa Filho, que é Diretor do Núcleo da Escola da Magistratura em Curitiba, e eu, a convite da Assembléia Legislativa, estamos presentes neste momento tão importante da criação da Escola do Legislativo. Nós, Desembargador Miguel e eu, participamos de câmaras no Tribunal de Justiça e ao mesmo tempo há muito participamos também da Escola da Magistratura, e sempre a instalação de uma escola é uma notícia extremamente alvissareira.

Compartilhamos do pensamento de que o conhecimento é uma forma de poder, uma das formas mais democráticas e legítimas, e quando podemos levar o conhecimento a mais pessoas, estamos realmente democratizando o Poder. Entendemos que só a educação pode transformar a sociedade, como o Deputado Celestino, com bastante eloquência e muita propriedade colocou aqui.

A Escola da Magistratura do Paraná é uma experiência exitosa, com vinte e três anos de existência; hoje está descentralizada, tem nove núcleos no interior do

Estado, pelos quais procuramos manter atualizados, tanto os desembargadores, os juízes, quanto os servidores da Justiça. Ficamos felizes em perceber a grande visão dos que estão à frente do Legislativo, em todos os estados, na criação das escolas. E já percebemos, pelo depoimento do Deputado Celestino, o grande alcance social da escola em Santa Catarina e nos demais estados, com esse trabalho de responsabilidade social tão grande, tão importante.

Então, queremos, neste momento, tão somente parabenizar o Chefe do Poder Legislativo; os diretores das escolas congêntas de Santa Catarina e Rio Grande do Sul que aqui estão prestigiando; todos as pessoas; a Sra. Sandra Pacheco, escolhida pelos seus méritos para dirigir a Escola do Legislativo do Paraná. E, em nome do Judiciário, dizer que estamos colocando toda a nossa estrutura, a boa vontade dos nossos professores e funcionários para podermos trabalhar juntos para o bem da comunidade paranaense.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

O Deputado José Maria Ferreira fará uma saudação aos ilustres visitantes.

Deputado José Maria Ferreira (PMDB)

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Primeiro, quero saudar o nosso visitante, meu companheiro de Unale, Deputado Celestino Secco. Seja bem-vindo! É sempre uma prazer recebê-lo na terra paranaense.

Cumprimentar à Mesa Executiva pela iniciativa da instituição da Escola do Legislativo na Assembléia do Estado do Paraná, porque é um instrumento que democratiza o Poder, que torna transparente a função e o desempenho da Assembléia e valoriza, sobretudo, o processo democrático instalado a partir do Poder Legislativo.

Essas são as conquistas que doravante, com certeza, teremos na Assembléia Legislativa com a instituição da escola.

A Assembléia, através dos seus Deputados, do seu corpo funcional, está de parabéns!

Parabenizo a Sandra Pacheco pela indicação e ainda mais quando vai poder contar com a experiência, com a contribuição e com a vivência da Escola da Magistratura do Estado do Paraná, que já vem há algum tempo, formando, capacitando e fazendo com que a Magistratura possa desempenhar com muito mais eficiência e com mais relação de interface, com a sociedade.

Por esta razão, Deputado Celestino Secco, que a sua presença nesta Casa, além da nossa satisfação pessoal, também vem formar este quadro. E agradecer aos funcionários, às diretoras de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul que aqui se fazem presentes.

Há anos tenho acompanhado o desempenho e a atuação das Assembléias de Santa Catarina, do Rio

Grande do Sul e de Minas Gerais. São as três que mais têm explicitado esse trabalho e com sucesso.

E com certeza, aqui não será diferente. Evidentemente que, além da presença, da ajuda e da experiência da Escola da Magistratura do Paraná, precisaremos da experiência de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul.

Muito obrigado!

Encerramento

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Para encerrarmos este primeiro momento da Sessão, esta Presidência não poderia deixar de registrar o agradecimento especial ao Deputado Celestino Secco, que se prontificou a estar aqui conosco para nos orientar, para incentivar esse importante passo que a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná está dando.

Estamos atrasados, mas sempre é tempo para reconquistar o tempo perdido.

Muito obrigado, Deputado Celestino! Muito obrigado, Carla Maria Vieira Pedroso, que é Diretora da Escola do Legislativo de Santa Catarina. Muito obrigado, Maria Avelina Castal, Diretora da Escola Legislativa do Rio Grande do Sul.

Quero também deixar registrado o meu agradecimento à jornalista Sandra Pacheco, funcionária desta Casa há muitos anos e que aceitou o desafio de ser a Diretora da nossa escola.

Muito obrigado ao Desembargador Noeval de Quadros, Diretor-Geral da Escola da Magistratura e ao Desembargador Miguel Tomaz Pessoa Filho. Com certeza, vamos também aproveitar a experiência e o conhecimento da Escola da Magistratura do Paraná, que tem 23 anos e tem dado uma contribuição importante ao nosso Estado.

Muito obrigado pela presença. A presença dos senhores nos incentiva. Um grande abraço a todos.

Suspendemos a Sessão por três minutos.

(É suspensa a Sessão)

(Reaberta a Sessão)

Grande Expediente:

Lançamento da Cartilha “Diversidade Religiosa e Direitos Humanos”

Introdução

Reiniciando os trabalhos, o Grande Expediente da Sessão Ordinária de hoje será destinado ao lançamento da cartilha “Diversidade Religiosa e Direitos Humanos”, publicação reproduzida pelo Círculo de Cooperação da URI Curitiba. Iniciativa das religiões unidas.

Tenho a honra de receber nesta Mesa, além dos Deputados membros da Comissão Executiva, a Sra. Regina Maria da Rocha Loures Bueno, coordenadora do Círculo de Cooperação da URI-Curitiba e do professor Sérgio Junqueira, doutor em educação, conselheiro da URI e Secretário da Fonaper - Fórum Nacional Permanente para o Ensino Religioso.

A Assembléia Legislativa do Paraná sente-se honrada por ter participado e incentivado o diálogo entre movimentos religiosos sob o prisma da construção de uma sociedade pluralista, com base no reconhecimento e no respeito às diferenças de crenças e cultos.

Esta Casa demonstra, mais uma vez, a abertura que fez para que possam todas as entidades organizadas virem aqui trazer a sua mensagem e colocar, não só aos Srs. e Sras. Parlamentares, mas a toda a população paranaense, a participação efetiva da sociedade nas decisões desta Casa.

Muito obrigado, Sra. Regina, quando a senhora pediu o nosso apoio, prontamente, em nome de todo o Parlamento paranaense, colocamo-nos à disposição e marcamos esta parte da Sessão de hoje para o lançamento da nossa cartilha, que teve também a participação da Assembléia Legislativa.

Inicialmente, passo a palavra à Sra. Regina Maria Rocha Loures Bueno, Coordenadora do Círculo de Cooperação da URI-Curitiba. A senhora poderá falar daqui ou da tribuna.

Com a palavra, Sra. Regina.

Oradores

Sra. Regina Loures Bueno - Coordenadora do Círculo de Cooperação da URI - Curitiba

A SRA. REGINA LOURES BUENO

Exmo. Sr. Deputado Hermas Eurides Brandão, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná; professor Sérgio Junqueira, colaborador e membro da URI, que está dando essa maravilhosa contribuição ao ensino do Paraná; Deputado Marcos Isfer, 1º Secretário da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná; Deputada Cida Borghetti, 2ª Secretária da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná; Srs. Deputados aqui presentes; autoridades religiosas de todos os matizes e culturas; membros da URI, simpatizantes, em especial a comissão que deu suporte a todo esse trabalho; meus senhores e minhas senhoras:

(Lê):

“Estamos, neste momento, imbuídos de um profundo sentimento de cidadania espiritual e manifestamos, em nome da URI - Iniciativa das Religiões Unidas, Círculo de Cooperação de Curitiba, nosso júbilo com o lan-

çamento da cartilha Diversidade Religiosa e Direitos Humanos.

Sr. Presidente, ao solicitarmos o lançamento desta cartilha em uma reunião plenária, presidida por V. Exa., fizemos por entender a importância deste registro nos Anais desta Casa, que é a guardião dos direitos humanos e do respeito à diversidade.

A cartilha Diversidade Religiosa e Direitos Humanos vem justamente tornar público e divulgar que diversidade religiosa é uma prerrogativa amparada na Declaração Universal dos Direitos Humanos, artigo 18; na Constituição brasileira, artigo 5, inciso VI e no Programa Nacional dos Direitos Humanos em suas propostas 110 e 113.

O que o Círculo de Cooperação da URI Curitiba pretende, ao divulgar esta cartilha junto ao maior número de paranaenses, é prevenir e combater a intolerância religiosa, inclusive no que diz respeito a religiões minoritárias e cultos afro-brasileiros. E, também, incentivar o diálogo entre movimentos religiosos sob o prisma da construção de uma sociedade pluralista, com base no reconhecimento e no respeito às diferenças de crenças e culto.

É por todos estes motivos que, neste momento, fazemos questão de destacar a fundamental contribuição dada pelo Poder Legislativo, através do Presidente desta Casa, Deputado Hermas Eurides Brandão, ao viabilizar a reprodução da cartilha Diversidade Religiosa e Direitos Humanos, com uma tiragem de 25 mil exemplares.

O Presidente Hermas Brandão, ao acolher nossa solicitação, demonstrou profunda sensibilidade e percepção da importância desta cartilha, na construção de uma sociedade mais justa e mais unida. Somente através da educação vamos conseguir chegar a este objetivo. Para ilustrar bem a importância da educação, pedimos licença ao grande líder Nelson Mandela, para reproduzir seu pensamento, que está na abertura da cartilha, e que diz:

Ninguém nasce odiando outra pessoa pela cor de sua pele, por sua origem ou ainda por sua religião. Para odiar, as pessoas precisam aprender: e, se podem aprender a odiar, podem ser ensinadas a amar.

Nosso agradecimento especial às secretarias da Educação do Estado e do Município, que vão dar importante contribuição neste sentido, distribuindo a cartilha entre os professores e assumindo a tarefa de capacitá-los ao ensino religioso sob este novo enfoque: o respeito à diversidade religiosa.

Gostaríamos, de falar um pouco sobre a URI - Iniciativa das Religiões Unidas e de nosso Círculo de Cooperação de Curitiba. A URI é uma organização global, sem fins lucrativos, fundada em 2000 e que já está presente em mais de cinquenta países, através dos Círculos de Cooperação. Sua proposta é promover a cooperação inter-religiosa permanente e cotidiana, para erradicar a violência de motivação religiosa e criar culturas de paz, justiça e cura para a Terra e para todos os seres vivos.

Pouco tempo depois a organização chegou ao Brasil e, já em julho de 2002, sua semente brotava em Curitiba, através de um grupo de pessoas, de diferentes raças, crenças, tradições, religiões e profissões, mas unidas por um ideal comum, o de servir a humanidade, numa diversidade multicolorida de religiões, fé e crenças, reunidas na Estância Bethânia. Começava, assim, o Círculo de Cooperação da URI Curitiba.

Através da metodologia da Investigação Apreciativa, hoje já tão divulgada, traçamos nossas prioridades locais, mas sempre tendo em vista a carta de princípios e propostas da URI Global, que tem sua sede em Chicago, nos Estados Unidos.

Nossa prioridade de trabalho em Curitiba é o desenvolvimento de ações voltadas à educação pela paz e ao diálogo inter-religioso, fundamentadas no exercício da tolerância na pluralidade, ação facilitadora nos processos de transformação da humanidade, fortalecimento da atividade espiritual consciente, exercício da cidadania e desenvolvimento do voluntariado nas suas ações.

Nosso trabalho se sustenta na dedicação de uma equipe de voluntários, na cooperação inter-religiosa e de tradições e organizações espirituais e do apoio e colaboração de parceiros. Este ano realizamos importantes projetos, como a edição de 25 mil exemplares da cartilha *Diversidade Religiosa e Direitos Humanos*, com o apoio da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná; de apicultura e pedagógico, na aldeia Karuguá, em parceria com o Sesi e a Secretaria de Estado da Educação.

E, por último, um projeto ainda em andamento, de pesquisa educacional, visando o ensino religioso, intitulado “O Sagrado nas Águas do Paraná”, que vem resgatar a cultura e o sagrado de quatro matrizes da imigração do Paraná e que tem como parceiro, nesta primeira etapa, o Sesi. Mas, sobre ele, e sobre o ensino religioso sob este novo enfoque, falará o nosso grande colaborador, professor Sérgio Junqueira, coordenador do Grupo de Pesquisa, Educação e Religião da PUC, secretário-geral da Fonaper - Fórum Nacional Permanente para o Ensino Religioso.

Gostaríamos, antes, de ressaltar a presença de um dos consultores da cartilha *Diversidade Religiosa e Direitos Humanos*, César Bastos, do Círculo de Cooperação da URI do Rio de Janeiro. Queremos também agradecer à atenção dos Srs. Deputados e de todos os presentes que engrandecem este evento.

Informamos também que hoje à noite estaremos realizando um jantar festivo, por adesão, com renda destinada ao projeto de apicultura da aldeia Karunguá. Os convites estão à disposição dos interessados no saguão de entrada.

Muito obrigada.”

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Com a palavra o professor Sérgio Junqueira.

Professor Sérgio Junqueira

O SR. SÉRGIO JUNQUEIRA

Sr. Presidente, Srs. Secretários, Deputados, autoridades e representantes das tradições religiosas, Sr. Sérgio Bastos.

Esta cartilha tem um destinatário, os professores de ensino religioso de escolas públicas estaduais e municipais, que visa, como diz Mandela, “se é possível ensinar a odiar, é possível ensinar a amar”.

O Brasil não possui uma religião oficial. No Brasil é permitido ter sua tradição ou nenhuma. O ensino religioso brasileiro é uma disciplina, um componente curricular, inclusive para os que não crêem. Esta cartilha reforça e enfatiza o direito à diversidade. Mais do que nunca, o Brasil está procurando explicitar esse direito, através da diversidade étnico-racial, a diversidade de gênero, a diversidade religiosa, a diversidade racial. O fato é que, como prevê a Constituição, não é possível, não é permitido apoiar nenhuma religião, pois o Brasil, insisto, não possui uma tradição, mas cada cidadão pode ter a liberdade de assumir a sua.

E é nessa perspectiva que a cartilha e o trabalho que vem sendo feito no Estado do Paraná e em outros estados, enfatizam: há o direito à liberdade de crença, o direito à liberdade de ser livre. O Estado do Paraná foi um dos primeiros a iniciar esse processo na década de 70, utilizando rádios para formar professores - a cidade de Curitiba, na verdade, foi a primeira em todo o país -, a possibilitar se formar os professores na diversidade. E é essa a perspectiva no trabalho que será realizado pelas secretarias com esta cartilha.

Agradecemos a oferta desta Casa, pois essa mediação permitirá chegar a dezenas, por que não, a milhares de crianças. Esperamos que possamos insistir: é possível ser livre em um país com tantos desafios, livre, inclusive, a liberdade religiosa.

Muito obrigado!

(Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Agradecemos à presença de todos os membros da URI em Curitiba.

A SRA. REGINA LOURES BUENO

Antes de encerrarmos esta belíssima cerimônia, nós, da URI, agradecemos de coração a esta Casa. Como forma de gratidão, oferecemos esse troféu a V. Exa., Presidente da Assembléia. Troféu esse elaborado por uma artista que também é membro do círculo URI, e feito com chapinhas de garrafas. Este cata-vento é o símbolo da URI, porque o cata-vento, nas suas variadas cores, simboliza todas as religiões. E quando ele é acionado, ele se torna branco, quer dizer, motivo da paz.

Ao senhor, Sr. Presidente.

(Aplausos)

EncerramentoO SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Muito obrigado!

Quero deixar registrado que recebo, em nome de todo o Parlamento paranaense.

Muito obrigado!

Agradecemos à presença de todos, dos membros da URI, em Curitiba, imbuídos no combate à intolerância religiosa, incentivando o diálogo entre movimentos religiosos sob o prisma da construção de uma sociedade pluralista.

Suspendo a Sessão por três minutos para os cumprimentos.

(Está suspensa a Sessão)

Horário das Lideranças:O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Reiniciando os trabalhos, passamos ao Horário das Lideranças.

Bloco PP/PSB.

(Declina)

Bloco PT/PTB/PL/PML. Com a palavra o Deputado Jocelito Canto.

Liderança do Bloco Parlamentar PT/PTB/PL/PMR: Deputado Jocelito Canto

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O que nos traz à tribuna nesta tarde, e faz parte de um requerimento que estamos protocolando hoje, visa, no nosso ponto de vista, corrigir uma injustiça.

Todos sabem da nossa posição nesta Casa; uma posição sempre em defesa dos interesses dos Campos Gerais e basicamente das coisas que o Governo vem fazendo na nossa região. Mas, também temos nossas divergências com o próprio Governo e uma delas está registrada nesse episódio envolvendo o Coronel Avelino José Novakoski, que foi afastado ontem do comando aqui da capital, no momento em que estava assistindo à “Escolinha”. E ao investigar a sua vida, eis a ficha desse policial: aspirante em 76, tenente em 77, 1º tenente em 83, capitão em 88, major em 95, tenente-coronel em 2001, coronel em 2004.

O homem que recebeu medalhas de bronze, prata e ouro por ter completado dez, vinte, trinta anos de serviço sem nenhuma punição. Estamos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, diante de um policial que há 32 anos trabalha na Polícia Militar, tem várias honrarias neste Estado, onde trabalhou, e só elogios recebeu. E do dia para a noite, devido a uma citação, acaba sendo afastado das

suas funções como comandante da capital do Estado. Não conheço intimamente o Coronel, mas conheço as citações que a imprensa deu hoje. Todos os jornais colocam na primeira página: o Estado do Paraná - “Governador afasta Comandante”; Gazeta do Povo - “Comandante da PM em Curitiba é afastado”; “Requião afasta Comandante em plena “Escolinha”; o jornal Tribuna do Paraná foi mais longe: “Coronel do CPC leva gancho”.

O que me deixa indignado são esses julgamentos antes da hora. Joga-se a vida de uma pessoa no lixo; julga-se uma pessoa sem nada estar provado contra ela.

Fiz este requerimento ao Governador Requião, pedindo a ele que reveja a sua posição, porque ele disse na “Escolinha” - e eu estava lá: “tive a oportunidade de ler a denúncia apresentada pelo Ministério Público. Com todo respeito ao Ministério Público, tenho que dizer que a denúncia não me convenceu”. Deputado José Maria, acho que cometemos um erro, acho que o Governador cometeu um erro. Se o Governador teve acesso ao processo, ao documento, e ele se convenceu que o Comandante da Polícia Militar não cometeu nenhum erro, não caberia a punição de afastá-lo. Estamos julgando o Comandante antes da hora. O simples fato de afastá-lo já é uma condenação, porque ele não deve nada, segundo o próprio Governador.

Acho, neste momento, Srs. Deputados, que o Governo do Estado - que temos o maior respeito e temos agradecimentos a fazer -, não podemos concordar com essa sua atitude. Ele diz que conhece o relatório, que o respeita, mas que afasta. Isso deu margem às manchetes dos jornais de hoje. E aí esse homem, que tem 32 anos de trabalho, de amor, de carinho e de respeito é jogado no lixo! O homem tem 32 anos sem ser punido! Todas as coisas boas que ele fez! Até o Ministério Público disse que ele só foi citado e no entanto foi condenado antes da hora. Foi colocado para fora do cargo.

Então, Sr. Presidente, estou entrando com esse requerimento hoje, pedindo ao nosso Governador, que também erra como todos nós, mas estou pedindo a ele que repense, que volte atrás. Um grande homem público comete seus erros, mas, persistir no erro... Solicitamos que retroceda esse decreto e que o Comandante permaneça no cargo, porque o Governador tem convicção que ele não fez nada de errado. O Governador disse isso na “Escolinha”, ontem. O Deputado Bradock estava lá. A mídia coloca de um jeito como se o coronel fosse um bandoleiro, fosse um bandido.

Srs. Deputados, estou cansado de ver injustiças acontecendo neste Paraná, em todos os aspectos. Estou cansado de ver pessoas sendo pisadas, massacradas. Falsos juízes agindo, falsos tribunais. Tribunais que dão uma sentença agora e à tarde ou amanhã dão outra, do mesmo jeito, na mesma linha! Falsos tribunais. Estou cansado de ver pessoas de bem pagar, quando outras são inocentadas e o crime é maior ainda. São os falsos tribunais.

O Sr. Delegado Bradock (PMDB)

Permite-me um aparte?

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Na sequência.

São os falsos tribunais. Tribunais que não se sabe a quem estão a submeter-se. Então, queria fazer esse registro.

Concedo aparte ao Deputado Neivo e em seguida, ao Deputado Bradock.

O Sr. Neivo Beraldin (PDT)

Deputado Jocelito, parece-me que V. Exa. tem a indignação neste momento e defende os pequenos. Literalmente, temos pela Polícia Militar, um grande apreço e, certamente esse Coronel está se sentindo muito mal. De outro lado, estamos também esperando muitas ações oriundas da CPI do Banestado que estão nas mãos do Ministério Público estadual, de gente que devia para o Banco e que recebeu da Copel e foi na agência Muricy e retirou, em dois carros-fortes, mais de dez milhões de reais e apresentou títulos podres à CPI e que até agora não tiveram uma ação e estamos no aguardo disso tudo.

V. Exa. faz um apelo ao Governador; V. Exa. acaba de colher a minha assinatura e espero que o Governador, com mais tempo, possa hoje ou amanhã, ler melhor essa denúncia ou essa menção do Ministério Público estadual e ver se há uma injustiça e voltar atrás, porque o Coronel da Polícia Militar, tenho certeza que, pela sua história e pelo seu passado, certamente está profundamente magoado. Raramente se vê alguém graduado ou não graduado da Polícia Militar, cometer algum ilícito, alguma coisa que não seja correta na sua função.

Somo-me a V. Exa.

O Sr. Delegado Bradock (PMDB) (Aparte)

Deputado Jocelito: queria me ombrear a V. Exa. e dizer que conheço o Coronel Novakoski, sei do profissionalismo, trabalhei com ele na região de Guarapuava e tenho nele, com certeza absoluta de que se trata de homem probo, de um homem digno, de um competente policial, que foi apenas citado, ele não foi denunciado, assim como os outros dois delegados da Polícia Civil, que foram apenas citados, não denunciados, também foram afastados.

Gostaria de me somar a V. Exa. e pedir ao nosso Governador que reconsidere essa atitude, essa decisão que ele tomou ontem, na "Escolinha", não muito acertada, na frente de todos e devolva ao Coronel Novakoski o seu comando e aos dois delegados, também, as suas funções.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Liderança do PPS, PDT. Deputado Barbosa Neto.

Liderança do PDT: Deputado Barbosa Neto**O SR. BARBOSA NETO**

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Na tarde de hoje, subo à tribuna desta Assembleia Legislativa para trazer, mais uma vez, a reação da comunidade da principal cidade do interior do Paraná, com relação à forma como vem sendo levada a questão da segurança pública no Estado do Paraná.

Uma das instituições mais respeitadas dentro das categorias, que hoje guardam os direitos constitucionais de todos nós, está entrando com um processo administrativo, um procedimento a fim de investigar a violência em Londrina.

Falo da Promotoria de Defesa dos Direitos Constitucionais - a PIC, que tem agido de forma pontual no combate à criminalidade, coibindo inclusive os desvios de conduta por parte daqueles que têm o direito e acima de tudo o dever de tratar da nossa segurança.

A PIC - Promotoria de Investigações Criminais quer saber quanto foi investido em segurança pública na cidade de Londrina: por que os níveis de violência são insuportáveis, na segunda maior cidade do Estado? Tenho, há mais de dois anos, alertado o Governador Roberto Requião sobre a forma errônea como vem sendo conduzida a segurança pública, e que os investimentos na área em Londrina são aquém do que a cidade realmente merece.

Fui um crítico da forma como o Governo anterior tratou dessa questão, em Londrina. Mas, o que parece, o Governo atual vem fazendo pior. E não é o Deputado Barbosa Neto, que dizem que é de Oposição e não pode ser ouvido, mas é a PIC - Promotoria de Investigações Criminais que está solicitando um levantamento, restaurando um procedimento, em função das reclamações da comunidade de Londrina, que não aceita mais os crimes, que infelizmente estão chegando a níveis inaceitáveis.

Sras. e Srs. Deputados, é uma questão muito séria. Quando a PIC quer fazer uma apuração, quando abre um procedimento administrativo para apurar se não estão dando aquilo que a cidade merece; porque arrecadam através dos impostos; porque é a primeira cidade do interior do Paraná. E tem que haver manifestações públicas, a comunidade deve vir a Curitiba exigir, cobrar do Secretário da Segurança aquilo que é de direito e dever da comunidade.

Estamos realmente preocupados, louvamos a iniciativa do Promotor de Defesa dos Direitos Constitucionais, Dr. Paulo Tavares, que mais uma vez vem, no sentido de salvaguardar esse direito constitucional: a segurança dos cidadãos paranaenses.

Vamos aguardar esse levantamento que já foi solicitado junto à 10ª Sub-Divisão Policial, ao 5º Batalhão da Polícia Militar para acompanharmos *pari passu* tudo isso e trazermos as consequências também, nesta Casa de Leis.

É algo extremamente grave e mostra o nível de insatisfação, indignação da nossa sociedade em relação aos crimes contra o patrimônio, contra a vida, que estão exagerados na cidade de Londrina.

Quero também trazer, na tarde de hoje, Sras. e Srs. Deputados, diante da inoperância e diante dos desacertos cometidos pelo Governo do Estado na questão da segurança pública, instituições das mais ilibadas estão saindo na defesa da sociedade, arvorando-se no papel que deveria ser da própria estrutura governamental. E no caso aqui a Segurança Pública. Não é só a Promotoria de Investigações Criminais que se levanta diante da insensatez do Comando da Polícia e do Comando da Segurança Pública, mas agora também a OAB, mais ainda, o Conselho Federal da OAB ajuizou, no Supremo Tribunal Federal, uma ADIN - Ação Direta de Inconstitucionalidade, pedindo a suspensão de decreto que aprovamos nesta Casa, assinado pelo Governador do Estado, Decreto nº 1557.

Alertamos, mais uma vez desconsideraram, fizeram ouvidos moucos e falo aqui do fim dos delegados “calça-curta”, a nomeação dos Sargentos e Sub-Tenentes para assumir as delegacias ou sub-delegacias do interior do Paraná. Dos 399 municípios, mais de 150 não têm subdelegados e o Governo quis colocar os sargentos para assumirem essa função. Achou que seria uma medida acertada e agora esta ação, através do Decreto nº 1557, assinado pelo Governador e aprovado por esta Casa, está sendo questionado pelo Supremo tribunal Federal.

A OAB pede uma liminar para suspender a Integrandes, decreto que vem afrontar a legislação federal. A Constituição, no artigo 144 está sendo violada. Segurança Pública é um dever do Estado, é exercida pela preservação da ordem pública. O parágrafo 4º desse mesmo dispositivo prevê que os policiais civis devem ter a função de delegados e dentro da polícia de carreira. A função da Polícia Militar é ostensiva e não investigativa. Mais uma vez o Governo descumpre a lei. Essa fama que já ganhou o Brasil inteiro de descumprir contratos, de desrespeitar a lei, de passar por cima, como um trator, da legislação, pega muito mal para o Estado do Paraná.

Estamos cumprindo a nossa função. Não somos oficiais, não somos chapa branca, temos uma postura de independência e o tempo mostra que estávamos com a razão. Futuramente vamos ter que responder por tudo isso: salários pagos de forma indevida e outras consequências mais. Ações irresponsáveis por parte do Governo não podem ser acatadas e a sociedade não pode ser penalizada, porque nos próximos anos vamos ter que tirar, através de ações na justiça ou de precatórios, do próprio dinheiro do povo, para pagar, com certeza, essas indenizações.

É a OAB, um órgão ilibado que se levanta em defesa da sociedade, que sempre esteve à frente da vida pública. Então, é mais um alerta que deixamos nesta Casa de Leis, a nossa preocupação. Não é de forma autocrá-

tica, antidemocrática, na base da garganta, na base do rolo compressor que vamos governar um Estado.

Que fique mais uma vez registrado, para que eu fique em paz com a minha consciência, porque realmente o futuro é sombrio para quando deixar o Governo, aquele que atualmente está no Palácio Iguaçu.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

No horário destinado à Liderança do PFL, com a palavra o Deputado Plauto Miró Guimarães.

Liderança do PFL: Deputado Plauto Miró Guimarães

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Quero deixar registrada uma informação que foi dada pelo próprio Governo do Estado do Paraná, sobre a questão da compra do leite das crianças.

Tivemos, dia desses, neste plenário, um debate um tanto quanto acalorado sobre a questão da compra do leite. Denúncias de que o Programa Leite das Crianças está pagando mais pelo litro de leite do que o preço que os supermercados vendem.

Vou ler um texto que a imprensa publicou:

(**Lê**):

“Dezoito dias após as primeiras denúncias sobre irregularidades no programa Leite das Crianças, o Governo do Estado informou esta semana que vai reforçar a fiscalização, apesar de negar desvios nas distribuições e no pagamento do alimento que é entregue a 175 mil crianças carentes no estado. Em uma reunião realizada na Secretaria Estadual da Agricultura e Abastecimento (Seab), pelo menos três integrantes do Governo, Padre Roque Zimmermann (Secretário do Emprego e Promoção Social), Newton Pohl Ribas (Diretor-geral da SEAB) e Jane Elisabeth Setenareski (diretora-presidente da Ceasa Paraná) reconheceram que o programa tem problemas e pediram desculpas, em público, ao auditor do Tribunal de Contas do Estado (TCE) do Paraná, Agileu Bittencourt.

O TCE está fazendo uma auditoria em todo o programa, que é investigado pelo Ministério Público (MP) Estadual. O objetivo do TCE é fiscalizar o programa como um todo, além de descobrir porque o Estado compra a R\$ 0,91 o litro do leite, com isenção de impostos, enquanto o mesmo produto é vendido no atacado a supermercados por R\$ 0,65, com todos os impostos. O MP investiga, entre outras suspeitas.

Cálculo

Durante a reunião, técnicos do Governo explicaram como o Conselho Paritário de Produtores e Indústrias do Leite (Conseleite) calcula o preço do leite. Mas o TCE já recebeu documentos de que laticínios estão vendendo o produto mais barato para supermercados, o que é proibido pelas normas do programa.

Segundo o governo, alguns casos foram identificados em Cascavel e Londrina, sendo que eles receberam o mesmo valor pelo que foi entregue nos meses de setembro e outubro. No entanto, o Estado pagou em média R\$ 0,93 por litro do leite nos últimos dois anos. Hoje, a diferença é de R\$ 0,26, isto é 40% a mais que os supermercados pagam pelo produto, com todos os impostos.

“Há problemas de controle interno, o que não é um privilégio desse Programa e desse governo. Mas, o Estado precisa pagar o preço justo pelo leite”, destacou o auditor do TCE.

João Natal Bertotti

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados: fica registrado que há problemas. Está havendo um reconhecimento dos integrantes desse Programa, que diz claramente, inclusive pedindo desculpas ao auditor do Tribunal de Contas, com relação ao Programa do Leite das Crianças. E também o Ministério Público está fazendo a investigação sobre a questão. Há indícios de que tem problema. O Governo sinaliza que toma iniciativa para tentar sanar os problemas que existem.

O Sr. Dobrandino da Silva (PMDB)

Deputado Plauto, quero agradecer o aparte. Acho que V. Exa. toca num ponto importante. A Casa tem que estar atenta a qualquer tipo de problema do Governo, tem que cobrar, denunciar. Mas, quero lhe informar, tenho conversado muito com o Vice-Governador, Secretário da Agricultura, falei com o Dr. Milton, que é o Diretor-Geral, e um dos que participa desse Programa, e ainda ontem o vi falando na televisão, que o Programa é muito grande. Na verdade são 170 mil litros de leite distribuídos por dia. Envolve mais de quinze mil produtores de leite, centenas de distribuidores. É claro que tem que se corrigir, mas nada podemos assumir publicamente, não há ninguém fazendo algo em benefício próprio. Foi denunciado que o Governo paga acima do valor. Isso não é verdade! Algum laticínio que vendeu o leite no mercado por um valor inferior. O Estado pagou pelo leite, naquele mês, o mesmo valor que eles venderam. Então, o Estado está atento a isso. É um problema no Estado inteiro, nos 399 municípios, claro que vai ter problema sempre; mas dizer que o Governo está roubando, isso não existe.

Então, é tão importante esse seu pronunciamento e Secretário reconheceu: “Tem problema, e vai ter sempre, mas nós estamos atentos para corrigi-los”. Quero parabenizar V. Exa., mas o Governo jamais vai deixar que alguém tire proveito próprio em cima de um programa social dessa importância.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES (PFL)

Obrigado pelo aparte. Só para deixar registrado que o Tribunal de Contas do Estado está fazendo uma auditoria em todo o Programa, que é investigado pelo Ministério Público Estadual. O objetivo do Tribunal é fiscalizar o Programa como um todo, além de descobrir por

que o Estado compra a 0,91 centavos o litro de leite, com isenção de impostos, enquanto o mesmo produto é vendido no atacado, nos supermercados, por 0,65, com todos os impostos.

O Ministério Público investiga a denúncia de irregularidades na distribuição e o preço pago pelo Governo aos laticínios, entre outras suspeitas. Deixo registrado e espero que os problemas que existem nesse Programa sejam sanados para que a população não tenha prejuízo, em especial os integrantes do Programa Leite das Crianças.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Liderança do PT, Deputado Hermas Fonseca.

Liderança do PT: Deputado Hermes Fonseca

O SR. HERMES FONSECA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Na última quarta-feira, dia 16, realizou-se em Bandeirantes, Norte do Estado do Paraná, o 4º Encontro dos Piscicultores de Tanque-Rede. E neste encontro o Norte obteve uma grande vitória; uma conquista valiosa porque naquele evento, finalmente, depois de muita luta, de décadas de luta da Associação dos Piscicultores de Tanque-Rede, dos produtores, da Fundação Faculdade Luiz Meneguel, de professores da Universidade de Londrina, da Universidade de Maringá, todos especialistas em piscicultura e aquíicultura, depois dessa luta política que nos envolvemos na defesa desses produtores, finalmente o Ibama e o IAP reconheceram publicamente que a exploração da tilápia em tanque-rede na bacia do Paranapanema poderia ser autorizada. E lá naquele encontro foi concedida a primeira licença ambiental do país para essa atividade.

O Paraná foi o primeiro Estado a ter alguém que recebesse a primeira licença ambiental para a exploração da tilápia em tanque-rede. Doravante, temos uma nova atividade econômica para o Norte do Paraná, mais especialmente para a bacia do Paranapanema; rio Paranapanema que foi alvo de inúmeros alagamentos com a construção das represas Xavantes, de Canoas I e II, de Capivara, de Taquaruçu e de Rossana, onde os nossos produtores perderam as terras mais férteis e mais ricas quicá do mundo, mas com certeza deste país, estavam lá muito tempo marginalizados e muitos perderam a totalidade de suas terras. Foram indenizados, mas na verdade ficaram à margem desse processo.

As terras foram alagadas, mas a natureza construiu verdadeiros paraísos no rio Paranapanema. Temos esses lagos que oferecem essa alternativa para o desenvolvimento regional.

A partir de 16 de dezembro de 2005 aqueles que pretendem explorar essa atividade podem requerer a sua licença na Secretaria da Pesca no Estado do Paraná.

Esse foi o ato mais importante desse quarto encontro. Estiveram presentes: o Ministro da Pesca, o Secretário da Ciência e Tecnologia do Estado do Paraná, Secretário do Trabalho, do Meio Ambiente, o Superintendente do Ibama, além das pessoas mais importantes que são os produtores que lutaram por um espaço neste país.

Na sequência, diversos investimentos foram anunciados. Investimentos por parte dos governos Federal e Estadual.

Foram autorizados e conveniados, primeiro: os municípios de Santa Maria, Itambaracá, Alvorada do Sul e Sertãozinho, o projeto para a implantação de 480 tanques-redes na bacia do Paranapanema, que vão beneficiar 120 famílias de pescadores artesanais. O Governo do Estado está investindo 750 mil reais. São 120 famílias que cuidarão da criação desses peixes. E ao final, o Governo vai comprar essa primeira produção para repovoar os rios do Paraná com essa produção.

Assinou convênios com a UEM, para o desenvolvimento de uma estação de semicongelados, no valor de 209 mil; com a Faculdade Luiz Meneguel, no valor de 300 mil reais, para implantação de um pólo de piscicultura regional.

E o Governo Federal, através do Ministério da Pesca, assinou um convênio com a Associação de Piscicultores de Tanque-Rede do Norte do Paraná e com o município de Cornélio Procopio, no valor de 529 mil reais para a construção de um frigorífico de peixe.

Portanto, esta atividade econômica completa a sua cadeia produtiva com a construção do frigorífico, que vai industrializar, produzir o filé de pescado, a polpa para ser incorporada na merenda escolar daquela região, a ração, através da espinha de peixe. E na UEM existe uma unidade de artesanato, que vai aproveitar a pele da tilápia. Portanto, essa é uma notícia muito alvissareira para o Norte do Paraná e para todos aqueles que são lindeiros do rio Paranapanema, das suas represas e do próprio rio.

Nós temos um processo produtivo que abre alternativas, oportunidades para todos que queiram se dedicar a uma nova atividade comercial empreendedora, geradora de emprego, de renda e de ICMS.

Portanto, vislumbra-se especialmente na costa Norte do Paraná, que compreende todos os municípios banhados pelo rio Paranapanema, uma nova oportunidade comercial, uma nova atividade econômica que, sem dúvida alguma, vai contribuir sobremaneira para o desenvolvimento regional, econômico e social do Norte do Estado.

Penso que, associado a isso, temos outra atividade que precisa também ser definida, precisa ser apoiada institucionalmente, como essa que tem o apoio inegável dos governos Estadual e Federal. O que queremos, na costa Norte, é exatamente reconhecer o turismo como uma atividade econômica que pode ocupar os espaços de todo aquele paraíso que foi construído ao longo do rio Paranapanema.

Como cidadão do Norte do Paraná, como alguém que se envolveu nessa luta dos piscicultores, quero dizer do meu orgulho e da minha satisfação por essa conquista.

Muito Obrigado!

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (PDT) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, obviamente que sei que a rigor, no Regimento, nem caberia Pela Ordem, mas tenho uma preocupação relevante.

Recebi uma ligação de uma pessoa da imprensa, de um jornalista, perguntando-me onde é que vou colocar as minhas emendas no orçamento do Estado. Tenho essa preocupação, Deputado Pedro Ivo, pelo seguinte: não discutimos essa questão no plenário e é uma questão que, na minha opinião, merece ser discutida.

Sabemos que em todas as entrevistas do Governador, em nível nacional, nos jornais, em todos os momentos, ele sempre diz, que é um dos princípios seus de relação com a Assembléia Legislativa, não pagar emenda individual. Não vou entrar no mérito da postura do Governador, mas acho, sinceramente, que sem discutir no plenário, ficar colocando emenda no orçamento apenas e tão somente para jogar à platéia, é uma hipocrisia sem tamanho.

Ou nós temos uma postura e achamos uma maneira de cumprir as emendas ou de discutir com o Governo uma forma de participação nossa no orçamento do Estado ou então, na minha opinião, vamos passar, mais uma vez, a colocar as demandas da sociedade no orçamento, porque não são eleitoreiras. As mesmas emendas, Deputado Elio Rusch, que o Governador recebe nas regiões, nós também recebemos! Transformamos isso em emenda e tem uma postura do Governador de não pagar.

Quero colocar a V. Exa. uma sugestão: sei que cabe ao Presidente Hermas Brandão, que antes de tomar a decisão de os Deputados colocarem emendas no Orçamento seja feita uma discussão no plenário.

Deputado Marcos Isfer, V. Exa. fez ...

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Deputado Augustinho Zucchi, é um tema que vai se estender se nós abrirmos precedentes. O Deputado André Vargas já está pedindo a palavra.

Nós tivemos uma reunião, hoje pela manhã no plenário, onde o Presidente Hermas Brandão esteve presente, o Líder do Governo também, e nós estamos aguardando uma discussão maior em cima desse assunto. Não podemos abrir essa discussão, neste momento, porque não cabe. Mas, a sua preocupação é válida, bem como a do Deputado André Vargas, e é preocupação de todos os Parlamentares.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (PDT)

Eu compreendo, apenas uma sugestão à Mesa Executiva: que não se tome nenhuma medida com relação à questão de emenda do orçamento, sem discussão no plenário.

Não é a comissão apenas do orçamento que pode dizer: olha, vai ser feito um milhão e meio, vai ser dessa forma. Já fizemos outras vezes e não deu certo.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Vamos passar a sua sugestão ao Presidente Hermas Brandão.

O SR. MARCOS ISFER (PPS)

Pela Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Deputado Marcos Isfer, se for em cima desse assunto, gostaria de pedir a sua compreensão.

O SR. MARCOS ISFER (PPS)

Só gostaria, como relator, fazer apenas um esclarecimento: as emendas que foram advindas da audiência pública naturalmente estarão todas elas contempladas no substitutivo, independente de valores e tudo o mais.

Com relação às emendas dos Srs. Parlamentares, é que na reunião realizada, a grande maioria entendeu ser papel do Legislativo colocar, e então ficou liberado. Aqueles que desejam colocar, que queiram fazer emendas individuais, que o façam.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Deputado André, rapidamente e encerramos as inscrições.

O SR. ANDRÉ VARGAS (PT)

Apenas para completar o esclarecimento de V. Exa. O Presidente Ademir Bier encaminhou, o Deputado Marcos Isfer sabe, um expediente dizendo que a emenda teto do ponto de vista da Comissão seria um milhão e meio. Porque tem uma questão técnica. Então, esta carta que os Deputados estão recebendo vale, porque foi uma decisão da Comissão de Orçamento. Não excluindo a possibilidade de discutir no plenário, mas já tem decisão em relação a teto de emenda.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Esta Casa está recebendo uma delegação, uma missão chinesa. Suspendemos a Sessão por alguns minutos para que possamos dar as boas-vindas e recebê-la.

(Suspensa a Sessão)

Dando continuidade: Horário da Liderança do PSDB, Deputado Valdir Rossoni.

Liderança do PSDB: Deputado Valdir Rossoni

O SR. VALDIR ROSSONI

Sr. Presidente, eu não faria uso do Horário do PSDB, mas estou aqui com o Marcos Isfer; o Bier não

está. Falar em orçamento para mim é vender ilusão. É a mesma coisa que assistir à novela da Globo, da Record ou de qualquer emissora. Porque, primeiro, colocamos um valor de receita que não existe. Segundo, estamos aqui há três anos e não votamos nunca uma suplementação, porque não exercemos o nosso direito de legislar. Demos poderes ao Governador para que ele execute o orçamento da forma e do jeito que ele bem entender. Por esta razão, alguns Parlamentares e eu, temos conversado para não apresentar emendas, ou senão, apresentar duas, três mil emendas e encaminhá-las uma a uma.

Vamos ficar até o dia 22 de janeiro discutindo emenda por emenda, porque temos o tempo regimental para ser discutido.

Vamos ver a execução do orçamento deste ano. Acontece o seguinte; tem uma obra destinada para uma determinada região e o Governador não deseja executar, não executa e acabou-se. Nós, Parlamentares, ficamos aqui fazendo um jogo do “faz de conta”.

Parece que foi feito um acordo hoje, de um milhão e meio, com a presença do Líder do Governo. V. Exa. falou isso, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Não, Deputado Valdir Rossoni. o Líder do Governo se colocou à disposição para conversar com o Governador. Ele disse que o Deputado Hermas Brandão também já havia se pronunciado com referência a esse assunto, e o Líder do Governo ficou de encaminhar uma discussão, se não me engano, à Comissão de Orçamento. Houve uma carta dizendo para que Parlamentares encaminhassem em torno de um milhão e meio.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Agradeço os esclarecimentos, Sr. Presidente.

Com todo o respeito que tenho à Comissão de Orçamento, quero ouvir a voz do Líder do Governo. Acredito na sua palavra. Para que eu apresente emendas, quero ouvir o Líder do Governo. Se ele assumir esse compromisso, não tenho porque não acreditar que será executado. Acredito na palavra do Deputado Dobrandino e tenho por ele respeito. Temos divergências, mas isso é natural na política. Se não tiver o compromisso do Líder do Governo, nós, Deputados da Oposição, tomaremos outras posições para dificultar a aprovação do orçamento do Estado este ano. Não sei qual será a tática, mas vamos criar problema para aprovar o orçamento e temos condições regimentais para isso. Antes de exercer essa prerrogativa de dificultar a aprovação, queremos ter esse debate.

Estou falando no Horário da Liderança do PSDB, Deputado Neivo, e colocando a posição deste Parlamentar, que hoje está na Liderança da Oposição e é o posicionamento da maioria dos Deputados liderados. Faço um alerta: se for pelo bem e para construirmos um orçamento que atenda às necessidades da população paranaense, tudo bem! Se for para trabalharmos com

um orçamento fictício, em que o Governador não tenha a necessidade, em três anos, de pedir uma suplementação, é uma falta terrível da Comissão de Orçamento, por mais boa vontade que haja e tem merecido os meus elogios pela forma democrática que tem debatido nas regiões. Mas, se não impusermos um valor real para o orçamento, não adiantou nada a caminhada que a Comissão fez pelo Estado.

Vou aguardar o posicionamento do Líder do Governo, do Presidente da Comissão de Orçamento, do relator, para depois, nós, Deputados da Oposição, tomarmos uma posição.

Concedo um aparte ao Deputado Neivo Beraldin, porque ainda tenho alguns minutos no Horário da Liderança do PSDB.

O Sr. Neivo Beraldin (PDT)

Com o maior prazer, Deputado Rossoni.

Acho que V. Exa. tocou nos pontos principais. Não podemos aprovar um orçamento superelástico e superestimado, que não existe, porque nós realizamos no ano que passou, menos de onze bilhões.

Agora prevê dezessete bilhões. Tudo bem, se vierem os dezessete bilhões, o Governo tem a prerrogativa de mandar uma Mensagem pedindo a suplementação e a Casa pode votar a qualquer momento. Agora, temos que votar um orçamento real e a cada quadrimestre estarmos preparados para ver o seu cumprimento. E também temos que, definitivamente, colocar na pauta a aprovação das contas de 2002, 2003 e 2004, porque não podemos nos esquecer também, como no passado, que ficaram oito ou dez anos as contas e depois isso acaba como na Prefeitura de Londrina, que passou desde 93, sem receber as contas para o Legislativo assinar. Já pedi, em forma de requerimento à Mesa, para que nos remeta essas contas para fazermos uma análise e sabermos se eles cumpriram ou não o orçamento, tanto na saúde quanto na educação ou na segurança.

Não vou me alongar, porque o Deputado Rossoni foi muito cordial em me conceder o aparte. Agora, de minha parte vou apresentar as emendas a despesas, retirando de uma rubrica e colocando na outra que for necessária, entendendo as necessidades das regiões que mais precisam, no Estado do Paraná.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Encerro aqui a minha fala, mas antes concedo um aparte ao Líder do Governo.

O Sr. Dobrandino da Silva (PMDB)

Quero justificar o que conversamos na parte da manhã, com a Comissão de Orçamento, o compromisso que assumi.

Já marquei como Governador amanhã de manhã, às 8 horas, em sua casa. Vamos junto com o Secretário da Casa Civil, o Deputado Caíto Quintana e o Deputado Anibelli, levar a proposta que foi feita pela Comissão de

Orçamento, pelo Presidente da Casa e pelos Deputados. E se o Governador aceitar, vamos trazer na terça-feira de manhã; comprometi-me a marcar uma outra reunião para dizermos o posicionamento do Governo e aquilo que ele se comprometer, vou assumir o compromisso com V. Exa, que será cumprido. Colocar no orçamento e depois não cumprir eu também não concordo, e aí a Casa é quem decidirá o que fazer.

Defenderei o Governo pelo seu trabalho, mas vou levar a ele a proposta que foi colocada pelos Srs. Deputados, de um milhão e meio de emendas de cada Deputado. Se o Governador aceitar, bem; se não aceitar, vou trazer a vocês a informação. Mas, se for acordado lá amanhã, com certeza será cumprido.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Vejam: já começamos a ter um posicionamento e vamos aguardar então essa reunião do Líder com o Governador Requião para depois termos uma posição. O importante seria que tivéssemos esse posicionamento dentro do prazo das emendas.

Obrigado, Sr. Presidente, pela palavra!

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

No Horário da Liderança do PMDB, com a palavra a Deputada Elza Correia.

Liderança do PMDB: Deputada Elza Correia

A SRA. ELZA CORREIA

Sr. Presidente, nobres companheiros e companheiras:

Entendo que essa discussão em relação ao orçamento é importantíssima. Na reunião feita hoje de manhã, poucos Deputados puderam participar. Há realmente a necessidade de socializar e democratizar esse debate no plenário, mas conforme colocou o companheiro Dobrandino, amanhã, após a reunião com o Governador Roberto Requião, teremos uma posição e a partir daí, poderemos continuar esse debate, que é necessário e importante.

Uso a tribuna para deixar consignado, Deputada Cida Borghetti, Presidente da Comissão dos Direitos da Mulher, que no dia 25 de novembro, sexta-feira, será o Dia Internacional de Luta pela Não-Violência à Mulher.

Não teremos sessão plenária. Então, em nome das companheiras da Casa e também dos companheiros que são nossos grandes colaboradores, nossos incentivadores, nós queremos deixar registrado que o mundo inteiro, no dia 25, fará uma reflexão sobre essa mazela, que é a violência contra a mulher, que carregamos de um século para outro.

O PMDB Mulher tem organizado reuniões no Brasil inteiro, inclusive em vários municípios do Paraná, para discutir questões de inclusão da mulher pelo PMDB Mulher, mas também discutindo políticas públicas e

ações para minimizar a violência contra mais da metade da população, que somos nós, as mulheres, no Paraná e no Brasil.

Portanto, o nosso Partido tem feito a sua parte, companheiro Dobrandino, porque o Partido entende que é fundamental observar e respeitar os direitos das mulheres no Paraná e no Brasil. Teremos, no dia 25, uma vasta agenda, que inclusive, já começou a rodar na TV Educativa e em outras televisões também, inserções, a título de utilidade pública, informando sobre os índices e os números da violência no Brasil e no mundo, e esses números são assustadores. Por exemplo: no mundo, a cada cinco anos, a mulher perde um ano de vida saudável. Isso é muito grave, muito sério, um ano de sua vida, se ela for vítima de violência doméstica. Estima-se que 2 milhões e meio de mulheres são espancadas por ano, no Brasil. 2 milhões e 100 mil mulheres! Isso não é assunto de mulher, isso é questão social gravíssima.

Portanto, temos que trazer esse assunto aqui para a Casa.

Desses 2 milhões e 100 mil mulheres que são espancadas por ano no Brasil, são 165 mil por mês. 5.800 por dia, 243 por hora, quatro por minuto, uma a cada quinze segundos. Portanto, de acordo com as pesquisas, a cada quinze segundos uma mulher é agredida de alguma forma no Brasil. E esse é um dado para envergonhar a todos nós, não só as mulheres. E não é só a violência doméstica, a pancadaria; é a violência sexual, psicológica, física, o preconceito, a discriminação que nós sofremos cotidianamente nas várias esferas sociais.

Portanto, essa questão da violência contra a mulher é uma mazela insuportável que tem que ser traduzida em responsabilidade social. Essa história que em briga de marido e mulher, não se mete a colher, Deputado Rossoni, não funciona mais, porque não é uma questão de quatro paredes, é uma questão social e temos que meter a colher, sim, porque quem silencia diante da violência é conivente com ela e é cúmplice, portanto.

Outra questão que acho importante trazer, embora seja um assunto que não é de interesse de todos e também não são todos que abordam essa questão, mas é responsabilidade de todos nós que somos Deputados, Parlamentares, é a questão dos Direitos Humanos.

Hoje a Assembléia Legislativa deu uma demonstração da sua ação de responsabilidade com a diversidade, quando lançou a cartilha de Diversidade Religiosa e Direitos Humanos, cumprindo o seu papel. E eu gostaria, e seria interessante que todos nós conhecêssemos o teor, porque cada vez mais fica claro para todos nós que não há espaço no mundo moderno, na sociedade moderna, se não exercitarmos a tolerância e a convivência com todos. Como falar em democracia? Como falar em justiça social ou em inclusão, se não tratarmos da questão dos direitos humanos, como uma tarefa de todos nós? Por isso eu fico, às vezes, contrariada de ouvir certas posições, de falarmos em inclusão, em justiça social e

não tomarmos decisões no dia-a-dia, para evitarmos essa calamidade.

Hoje pela manhã, tivemos neste Casa uma audiência pública sobre direitos humanos, no plenário, falando exatamente sobre a questão da homofobia. O que é homofobia? Todos sabem. É o ódio contra os homossexuais e tivemos uma Sessão presidida pelo Deputado Hermas Brandão, a Deputada Cida também participou, o Jocelito Canto, André Vargas, Padre Paulo, esta Deputada, outros Deputados que passaram e que não puderam participar em função de suas agendas.

Hoje, discutimos exatamente esta intolerância em relação à questão da orientação sexual. Ao mesmo tempo em que falamos em direitos religiosos onde tivemos, nesta tarde, religiosos de todos os segmentos juntos, fazendo uma cartilha e mostrando que a questão das diferentes religiões não pode ser obstáculo nem dificuldade à ação dos direitos humanos. Gostaria muito e tenho certeza absoluta que um dia vou enxergar e viver a questão do respeito aos direitos humanos, de forma integral, porque enquanto houver uma pessoa, um segmento fora da discussão, não podemos bater no peito e dizer que somos defensores dos direitos humanos, porque isso é uma balela, uma hipocrisia, na minha modesta avaliação!

Portanto, hoje uma pessoa, que me reservo o direito de declinar o nome, e não é membro do Parlamento disse-me: “Você não se sente constrangida e nem envergonhada de presidir uma audiência pública para discutir direitos de homossexuais?” Pode um negócio desses?! Eu não me sinto envergonhada!

Eu me sinto envergonhada, no meu país, de conviver com a exclusão social!

Eu me sinto envergonhada, no meu país, de conviver com essa perversa distribuição de renda que impõe a milhares de brasileiros, mais de 60 milhões, que vivem abaixo da linha da miséria!

Deixa-me envergonhada a intolerância de todas as ordens, Deputado Nelson Justus!

Deixa-me envergonhada as milhares de mulheres que são vítimas da violência, cotidianamente neste país!

Deixa-me envergonhada a exploração sexual de meninos e meninas, Padre Paulo!

Deixa-me envergonhada a corrupção, a má utilização do dinheiro público!

Deixa-me envergonhada a impunidade no meu país!

Deixa-me envergonhada o racismo que ainda vivemos no Brasil hoje, apesar de ser crime inafiançável!

Deixa-me envergonhada, portanto, o ódio e a intolerância!

Mas, queria dizer que tenho esperança, Deputado Pedro Ivo, como todos nós, eu tenho esperança, porque 64% da sociedade humana aceita a homossexualidade e 34% condena. Então, tenho esperança porque a sociedade está evoluindo e eu acredito que poderá chegar o dia em que não iremos mais nos enrolar nas bandeiras de convic-

ções pessoais e individuais. Se aqui estamos, temos que nos utilizar, sinceramente, não dos preceitos religiosos ou de foro íntimo, como alguns dizem; temos que nos basear nos preceitos jurídicos que nos impedem de tomar atitudes individuais e isoladas e nos obrigam a tomar atitudes em benefício de todos.

Portanto, enquanto houver uma única pessoa sendo injustiçada por raça, etnia, condição social ou opção sexual eu estarei firme na defesa incondicional dos direitos da pessoa humana!

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

No Horário da Liderança da Oposição, concedo a palavra ao Sr. Elio Rusch.

Liderança da Oposição: Deputado Elio Rusch

O SR. ELIO RUSCH

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Uso o Horário da Liderança da Oposição, com a permissão do Líder, Deputado Valdir Rossoni, para discutir sobre um fato que já nos manifestamos por inúmeras vezes e diversos Parlamentares também o fizeram. Sobre as estradas do nosso Estado. Mas, hoje não vou falar sobre estradas, Deputado Antonio Anibelli. Trago uma denúncia à Assembléia Legislativa, sobre a BR-272, que liga Guaíra a Francisco Alves. É uma rodovia sobre o rio Piquiri que foi interditada porque a ponte está comprometida. Deputado Carlos Simões, nenhum carro consegue passar por-lá.

E o pior de tudo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é que quando ela foi interditada todo o trânsito foi desviado por Palotina a Terra Roxa. Acabou com a rodovia! Se não bastasse, depois de a rodovia ter acabado - existe um asfalto, aquele asfalto rural, que liga o Município à sede de Terra Roxa, ao distrito de Alto Alegre e ao distrito de Santa Rita - acabou o asfalto também. E o que é que existe agora no rio Piquiri? A ponte interditada! Estão trabalhando a passo de tartaruga. A denúncia que faço aqui na Assembléia é sobre a balsa. O que é que vamos fazer, como Parlamentares, representantes do povo do Paraná em relação a essa balsa?

Ora, essa rodovia que liga Guaíra a Francisco Alves está em precárias condições, e os veículos que passam por lá têm que pegar uma balsa. Um carro paga R\$ 3,50; uma caminhão R\$ 11,00; um caminhão trucado ou um ônibus paga R\$ 15,00; uma carreta R\$ 20,00; até um "apito de trem" paga R\$ 30,00! Acabaram com dois asfaltos de Terra Roxa a Palotina e Terra Roxa a Santa Rita. Quem passa pela balsa tem que pagar pela travessia. Ora, aqui quem fala é um Deputado que não conhece muito de transporte, mas no meu entender, como a rodovia é federal - ou aquela briga de que é federal, é estadual - os governos têm que colocar essa balsa à disposição das pessoas que usam a rodovia. Não é admissível que um passageiro, um dono de caminhão, ou de um carro, ande

no meio dos buracos e ainda tenha que pagar a passagem pelo rio.

Concedo aparte ao Sr. Deputado Durval Amaral.

O Sr. Durval Amaral (PFL)

Deputado Rusch, a denúncia que traz a esta Casa é extremamente grave, porque sabemos em que condições ficaram aquelas rodovias estaduais. Já estavam ruins, e em função da interdição, aumentou o tráfego e ficaram intransitáveis.

Duas perguntas: qual é a empresa que está explorando esse serviço de transposição do rio Piquiri? Quem deu a autorização? Por acaso foi o DER ou a Secretaria dos Transportes?

Essas dúvidas devem ser esclarecidas porque, de repente, não se faz manutenção nem das rodovias alternativas que são estaduais, e uma empresa privada acaba sendo beneficiada. Quero aproveitar, já que V. Exa. discorre sobre as condições de tráfego nas nossas rodovias estaduais, dizer que na região onde atuo, uma rodovia foi restaurada pelo Estado do Paraná, e liga o município de Centenário do Sul ao de Miras-selva, restaurada no final do ano passado, nesse Programa de Restauração de Rodovias do Governo do Estado do Paraná. Pasmem os senhores, depois dessas chuvas de verão, passei pela rodovia e novamente empresas terceirizadas do DER estavam lá, fazendo nova restauração.

A dúvida que tenho: se o DER pagou uma restauração no final do ano passado, será que novamente está pagando para que uma nova empresa faça a mesma restauração? Se está, é porque foi muito mal feita; não resistiu sequer às chuvas de verão. Acho que esse problema o Governo vai ter pela frente, porque a qualidade da restauração ou do recape asfáltico que estão fazendo nas rodovias do Estado do Paraná, são da pior qualidade. Não agüentam a uma chuva. Essa é a minha dúvida. O Governo está pagando duas vezes pela mesma obra? Essa é a questão que fica no ar.

O SR. ELIO RUSCH (PFL)

Concedo aparte ao Deputado Nelson Justus.

O Sr. Nelson Justus (PFL)

Ontem, o Deputado Anibelli fez uma colocação de que num trecho, na região onde ele e o Deputado Rossoni atuam, aconteceu mais ou menos a mesma coisa com a estrada. A estrada, na gestão passada foi iniciada, foi paralisada e agora o Governo retoma ou está fazendo a estrada com 30% a menos do valor e ainda usou uns termos chulos que eu não gostaria de repetir aqui e não ficaria bem para este momento.

Posso dizer a vocês, com toda franqueza e com o coração aberto: as estradas têm um tempo de vida e esse Governo - dou a mão à palmatória - pegou a malha rodoviária numa situação difícil, à exceção do Anel de Integração. Ele é a salvação da lavoura. A tarifa é que está

um pouco alta, mas o Anel ajuda, porque as estradas têm um tempo de vida. Ora, antes de político, sou um empresário como muitos aqui. Duvido que exista um empresário que faça algum negócio para perder dinheiro. Alguém pode imaginar, em sã consciência, que algum empreiteiro, que algum empresário vai reduzir porque quer ou porque ouviu dizer “olhe, agora tem que baixar 30%”. Ele vai baixar 30% para perder dinheiro? Não vai. Nenhum faz. O maior exemplo foi o acordo da concessionária que baixou trinta, mas deixou de fazer as obras. Ninguém faz, porque perde dinheiro!

Eu fiz uma estrada que me orgulha muito, que liga Chopinzinho a Dois Vizinhos - e nunca mais voltei lá, não é minha região; duvido que tenha um buraco naquela estrada - mas, custou caro. Pena que o Deputado Greca não esteja aqui, conhece este assunto, a densidade do asfalto era outra. Aí custa caro mesmo! Porque a verdade tem que ser dita: os caminhões quadruplicaram de tamanho e de peso; a chuva é pra valer; o custo é duro. O empresário pena, o lucro do empresário, hoje, 40% é para o Governo, de impostos. Os outros 30% são para o banco, de juros. O resto é a lei trabalhista. Não sobra nada. O empresário hoje, é um equilibrista, um corajoso, um destemido, um herói que não sabe para que lado correr. Porque esta é uma realidade. Então, pode passar pela cabeça de alguém: “olha, tem que baixar o preço”. Ele baixa, para não perder a mão-de-obra, para não despedir seus empregados. Mas depois não concluiu a estrada. Ele não concluiu. Pede um aditamento. Pede um aditivo. Ele diminui o acostamento, diminui o tamanho, porque ninguém mais agüenta fazer qualquer coisa para perder dinheiro. Esta é uma realidade.

Então, Deputados Elio e Dobrandino, as estradas têm um tempo de vida. Ontem, o Deputado Jocelito me perguntou: “Nelson, aquela estrada, quanto tempo durou, um ano e meio?” Eu disse: “olha, se chover do jeito que chove, se passar o caminhão que desvia o pedágio do jeito que desvia, e não se ficar recuperando, ela não agüenta mesmo”. Mas isto, a vida inteira foi assim.

Às vezes fico magoado quando ouço dizer que o dinheiro saiu pelo “rabo” de não sei quem. Não é verdade isso. É que não dá para fazer. Mágica ninguém faz. E o empresário não faz as coisas para perder. O Governo vai até onde o braço dele agüenta.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

O senhor tem um minuto para concluir.

O Sr. Nelson Justus (PFL) (Aparte)

Agradeço o aparte, alonguei-me demais. Peço vênica por isso. É porque tenho usado muito pouco o microfone e a tribuna, mas tenho prestado muita atenção. Mas, agradeço pelo aparte de V. Exa., tenho a gentileza do Deputado Vanhoni. A colocação que o Deputado Anibelli fez ontem, não é verdadeira. Mas, todos lutam até onde o braço alcança. Todo mundo quer fazer o melhor.

Escutei o Secretário da Saúde, que eu nem conhecia, puxa vida, que defesa bonita fez o Secretário da Saúde, aqui. Sabemos até onde ele pode ir. Ele não pode ir mais além. O que é preciso é ter equilíbrio. Aí vem o promotor, que entrou aqui como se estivesse disputando a copa do mundo e saiu como quem disputou Curitiba e a Barra do Garça.

Não é assim. Precisamos ter calma, equilíbrio, bom senso, e pensar antes de falar. Porque não temos o direito de penalizar quem não deve ser penalizado.

As estradas, Deputado Elio Rusch, têm um tempo de vida, sim. Algumas duram um, dois, cinco anos. Outras duram mais. Mas, o tempo de vida delas é muito pouco, infelizmente.

Muito obrigado.

O SR. ELIO RUSCH (PFL)

Peço desculpas ao Deputado Vanhoni e ao Deputado Dobrandino, mas meu tempo já se esgotou. Peço desculpas.

Com toda certeza, semana que vem voltaremos ao mesmo assunto. Mas fiz questão, Deputado Dobrandino, Sr. Presidente, de trazer à tona. Vou viajar ainda hoje para o Oeste e com toda certeza vamos fazer em Maringá um levantamento sobre a questão da balsa do rio Piquiri. Eu sabia que estava sendo servido por balsa, mas não sabia da cobrança. Hoje, recebi esta denúncia.

Acho que nós, Parlamentares, não podemos aceitar que os transeuntes ou quem se utiliza dessa rodovia sejam penalizados com pagamento da balsa para passar de uma margem a outra, numa rodovia que se encontra em precárias condições. Não sei se é de responsabilidade, como diz o Deputado Durval, do Governo do Estado ou do Governo Federal. Não quero acusar nem um nem outro, mas o que não podemos é penalizar os motoristas, os proprietários de veículos, que se utilizam dessa rodovia, a ponte interditada e pagar a balsa. Quem tem que pagar a balsa é o Governo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Liderança do Governo, Deputado Dobrandino da Silva.

Liderança do Governo: Deputado Dobrandino da Silva

O SR. DOBRANDINO DA SILVA

Quero parabenizar o Deputado Elio Rusch, pela preocupação no caso das estradas que ainda se discute se é federal ou estadual.

Essa cobrança da balsa, o Deputado Elio tem razão, não é justo pagar.

Queria responder ao Deputado com relação aos asfaltos que estão sendo restaurados. São dois tipos de

restauração que o Estado está fazendo. Temos que separar: temos restauração que é feita com concorrência pública, as empresas que ganham, conheço muitas delas, são empresas conceituadas e responsáveis, eu passei em várias estradas dessas. Imagino que os asfaltos são da mesma qualidade.

Tem outro tipo de recuperação que é feita paliativamente pelo DER. É um serviço de emergência. Têm muitas dessas na minha região. Mas, quero dizer que essas que são feitas licitações, o DER tem técnicos, na verdade engenheiros, responsáveis, e não acredito de forma nenhuma, só se me provarem o contrário que esses técnicos vão deixar que a obra não seja de boa qualidade. Não acredito, mas é lógico que é bom fiscalizar.

Na minha cidade de Foz do Iguaçu, Deputado, no nosso último mandato de Prefeito, realizamos, com os recursos do município, um milhão e meio de metros quadrados de asfalto, que dá-se colocar de sete metros e meio de largura - mais de duzentos quilômetros de estrada. E têm alguns que têm corredor de transporte pesadíssimo. Então, passei a aprender um pouco disso, um asfalto bem feito dura em média oito a dez anos. Mas, depende, claro, da qualidade.

Imagino que esse Governo jamais vai pagar por uma obra que não seja de qualidade.

Estive semana passada, no município de Quatu, que tem um trecho de estrada que foi realizada pelo Governo anterior, no último ano. É um trecho bem curto, tem menos de vinte quilômetros, que liga a cidade de Bragannei a Quatu. Não tem quatro anos ainda e o asfalto está totalmente acabado.

Eu imagino que o governo tenha feito uma coisa meio paliativa, porque por ali não passam tantos caminhões pesados; não tem sentido durar tão pouco.

Mas, conheço a exigência do Governador Requião; não quer dizer que ele exija um preço menor e de menor qualidade. Não acredito nisso. Se a empresa pegou para fazer uma obra de boa qualidade e reduziu a resistência da obra, o Governo vai chamar a atenção para corrigir isso.

Podem ter algumas obras que foram feitas o ano passado, que já estejam com defeito, não essas obras que foram feitas restauração total. Essas, feita pelo DER, o Nelson Justus sabe melhor sobre isso, porque foi Secretário dos Transportes, são paliativas.

Concedo o aparte ao Nelson Justus.

O Sr. Nelson Justus (PFL)

Como é importante essa nossa discussão. Primeiro, não pode passar pela cabeça de alguém que o Secretário dos Transportes ou que o Diretor do DER faça uma tabela de preço. Ninguém vai exigir que o protético Pugliesi, nosso irmão, que tanto faz aqui, faça uma tabela de preço para o DER. Para isso existe um corpo técnico altamente competente e muito mal remunerado.

Desde o tempo do Ney Braga que o engenheiro do DER é pessimamente remunerado, mas elas fazem a

tabela, fazem o DDI, até onde dá para ir. Eles fazem o controle disso.

É difícil responsabilizarmos fulano, beltrano, se você não ficar exigindo, não ficar cobrando e o Requião é bom nisso. Não tenho dúvidas. Mas a estrada não dura, infelizmente, ninguém faz milagre. Dobrandino você é empresário, sabe disso. Fico contente quando vejo que a coisa está andando, está melhorando, mas ela tem que ser permanente. E nós vamos levar mais alguns anos. Por sorte, se vocês viajarem fora do Paraná, vão ver que as BRs estão intransitáveis.

Obrigado!

O SR. DOBRANDINO DA SILVA (PMDB)

Quero informar ao nobre Deputado, quando fala nos engenheiros do DER, realmente mal remunerados, que estou correndo ação no meu gabinete, dos engenheiros do DER que me pediram para discutir com o Governo, para ver se podemos reajustar, nem que seja um abono. Estou pedindo ao Governo.

Vou ver se converso com o Governador amanhã ainda, por causa dos engenheiros que são competentes e realmente são muito mal pagos. Obrigado!

O SR. MARCOS ISFER (PPS) (Pela Ordem)

Apenas para noticiar e comunicar à Mesa a presença do Presidente da Câmara Municipal de Irati, Vereador Roberto e Vereador Sidnei que se encontram aqui conosco.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Esta Casa dá as boas vindas aos vereadores que se encontram aqui conosco.

Ordem do Dia:

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de 41 Srs. Deputados.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Proposta de Emenda Constitucional de autoria do Sr. Deputado Elton Carlos Welter, devidamente apoiada, constante do expediente. **Recebida; Publique-se no Diário da Assembléia e em Avulso, para conhecimento dos Srs. Deputados. À Diretoria Legislativa, para providências.**

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Durval Amaral, devidamente apoiado, constante do expediente. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Hermas Brandão, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Alexandre Curi, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3685, de autoria da Sra. Deputada Luciana Rafagnin, constante do expediente, solicitando antecipação da Sessão Ordinária do dia 24 do corrente mês (quinta-feira), para logo após o término da presente Sessão Ordinária e a diminuição de interstício. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

Redação Final

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 096/2004, de autoria do Deputado Tadeu Veneri e outros, modificando a Lei nº 11.911, de 01 de dezembro de 1997, e dá outras providências. (transporte gratuito aos portadores de deficiência). **Aprovado. (Publ. no DA nº 021/2004, de 31.03.2004, em Projetos de Lei, pág. 13).**

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 423/2005, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, fixando prazo de vida útil de veículos para o transporte remunerado de passageiros de natureza privada ou fretamento. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 423/2005
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica estabelecido em até 20 (vinte) anos de uso o prazo de vida útil de veículo para serviços especiais de fretamento contínuo, eventual ou turístico e de escolar.

Art. 2º A transportadora será responsável pela manutenção, conservação e preservação das características técnicas dos veículos, exigido e admitidos pelo DER/PR.

Art. 3º Os efeitos da presente lei extinguem-se em 03 (três) anos, a partir da data de sua publicação.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se o parágrafo 1º do artigo 80, do Decreto nº 1.821, de 28 de fevereiro de 2000.

Sala das Comissões, em 14.11.2005.

(aa) CESAR SELEME - Presidente
ALEXANDRE CURI - Relator

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 623/2005, de autoria do Deputado Ailton Araújo, declarando de Utilidade Pública a Associação Comunitária El-Shadai, com sede e foro no município de Missal. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 623/2005
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Comunitária El-Shadai, com sede no município de Missal e foro no município de Medianeira.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 14.11.2005.

(aa) CESAR SELEME - Presidente
ALEXANDRE CURI - Relator

3ª Discussão

ITEM 04

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 669/2005, de autoria do Deputado Ratinho Júnior, declarando de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Professor Pedro Leopoldo Bechkauser - Ensino Fundamental das Séries Iniciais e Ensino Especial, com sede e foro no município de Ubatuba. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. Emenda. **Aprovada. Projeto. Aprovado.**

2ª Discussão

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 135/2005, de autoria do Deputado Ângelo Vanhoni, dispondo sobre a criação do Programa Estadual de Saúde Mental Preventiva para Professoras e Professores da rede pública estadual de educação e dá outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CSP E CECECT. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 293/2005, de auto-

ria da Deputada Cida Borghetti, dispondo sobre o Programa de Apoio às Pessoas com Psoríase. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E CSP. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado o projeto, artigo por artigo. Aprovada a emenda da CCJ.**

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 303/2005, de autoria do Deputado Delegado Bradock, dispondo sobre a utilização de publicidade por empresas privadas que efetuam a reforma e/ou a restauração de bens públicos móveis ou imóveis, obras públicas ou espaços situados em próprios do Estado e dá outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, COPTC E CAICTM. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado o projeto, artigo por artigo. Aprovada a emenda da CCJ.**

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 378/2005, de autoria do Deputado Marcos Isfer, criando, no âmbito do Estado do Paraná, o Conselho Estadual de Combate aos Crimes Cometidos pela Rede Mundial de Computadores, conforme específica, e adota outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CSP E CDHCD. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 494/2005, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 039/2005, que autoriza o Poder Executivo, a doar à Companhia de Habitação do Paraná - Cohapar, lotes de terras, situados nesta capital, conforme específica. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado o projeto, artigo por artigo. Aprovada a emenda da CCJ.**

1ª Discussão

ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 624/2005, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, autorizando o Poder Executivo a denominar Admar Bertolli, o trecho compreendido entre a BR-277 e BR-116, conhecido como Rodovia Contorno Norte de Curitiba. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 110/2005, de 10.10.2005, em Projetos de Lei, pág. 03).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 624/2005

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, autoriza o Poder Executivo a denominar Admar Bertolli o trecho compreendido entre a BR-277 e BR-116, conhecido como Rodovia Contorno Norte de

Curitiba. Analisando a proposição do nobre Deputado, verificou-se que o projeto não encontra óbice no âmbito constitucional, tendo em vista o que preconiza a Constituição Federal:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

VII - proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico.

Quanto à técnica legislativa, foram observadas todas as disposições pertinentes à Lei Complementar nº 95/98. Este relator fez contato com o DER e, através do Sr. Delcar confirmamos que o trecho contemplado pelo presente projeto, não possui denominação.

Portanto, chamada esta relatoria a se manifestar, somos de parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação na forma da emenda anexa.

Sala das Comissões, em 08.11.2005.

(aa) RATINHO JÚNIOR - Presidente em exercício
LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA CORRETIVA AO
PROJETO DE LEI Nº 624/2005

Art. 1º Autoriza o Poder Executivo, a denominar Vereador Admar Bertolli, o trecho compreendido entre a BR-277 e BR-116, conhecido como Rodovia Contorno Norte de Curitiba.

Sala das Comissões, em 08.11.2005.

(aa) RATINHO JÚNIOR - Presidente
LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

Discussão Única (Indicação)

ITEM 11

DISCUSSÃO ÚNICA - da Indicação nº 059/2005, de autoria do Deputado Elton Carlos Welter, sugerindo ao Poder Executivo Estadual o encaminhamento a esta Casa de Leis de um anteprojeto de lei na forma proposta pela presente indicação, a fim de melhor enquadrar os técnicos agrícolas com relação de cargo no Estado, dentro de um dos planos de cargos, carreiras e vencimentos dos servidores do Estado do Paraná. **Aprovada. (Publ. no DA nº 113/2005, de 18.10.2005, em Indicações, pág. 03).**

ITEM 12

DISCUSSÃO ÚNICA - da Indicação nº 061/2005, de autoria do Deputado Chico Noroeste, sugerindo a realização de concursos públicos para contratação de professores. **Aprovada. (Publ. no DA nº 114/2005, de 19.10.2005, em Indicações, pág. 08).**

ITEM 13

DISCUSSÃO ÚNICA - da Indicação nº 063/2005, de autoria do Deputado Padre Paulo Campos, sugerindo a instituição do transporte público coletivo integrado entre os municípios de Sarandi e Maringá, ambos no Estado do

DIÁRIO Nº 131**SUMÁRIO**

Mesa Executiva	34
Presenças	34
Abertura da Sessão	34
Ordem do Dia:	
Discussão / Votação:	
2ª Discussão (Votação em)	34
Redação Final	35
3ª Discussão	35
2ª Discussão	35
1ª Discussão	35
Encerramento da Sessão Ordinária.....	37
Publicações:	
Diretoria Geral	
Despacho do Diretor Geral	37
Ata de Comissão	
Tomada de Contas	38

124ª SESSÃO ORDINÁRIA

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
15ª LEGISLATURA
ATA DA 124ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
23 DE NOVEMBRO DE 2005**

*(quarta-feira)***Mesa Executiva:**

Presidência do Sr. Deputado Pedro Ivo Ilkiv, secretariado pelos Srs. Deputados Hermes Fonseca e Padre Paulo Campos.

Presenças:

Às dezessete horas e quinze minutos é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, Pedro Ivo Ilkiv, Augustinho Zucchi, Nereu Moura, Elio Rusch, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ailton Araújo, Alexandre Curi, André Vargas, Antonio

Anibelli, Ângelo Vanhoni, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Durval Amaral, Elza Correia, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Marcos Isfer, Miltinho Pupio, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Nelson Justus, Nelson Garcia, Padre Paulo Campos, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni e Waldir Leite (41). Achando-se ausentes os Srs. Deputados: Arlete Caramês, Ademar Traiano, Ademir Bier, Artagão Júnior, Duílio Genari, Elton Carlos Welter, José Domingos Scarpellini, Luiz Accorsi, Luiz Fernandes da Silva Litro, Luiz Nishimori, Mauro Moraes e Ratinho Júnior (12); em viagem representativa o Sr. Deputado Geraldo Cartário (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão Ordinária.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Não há expediente a ser lido, e nem oradores inscritos.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de 41 Srs. Deputado.

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria, constante do Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

2ª Discussão (Votação em)**ITEM 01****VOTAÇÃO EM**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 411/2005, de autoria do Deputado Hermas Brandão, estabelecendo normas de controle ambiental e regulamenta a operação de postos de combustíveis, em área urbana do território paranaense. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CEMA E CAICTM. EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

Redação Final

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 404/2005, de autoria do Deputado Delegado Bradock, dispondo sobre a isenção do pagamento de taxa de inscrição em concursos para cargos públicos aos doadores de sangue e adota outras providências. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 404/2005
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica o doador de sangue dispensado do pagamento de taxa de inscrição em concursos para o preenchimento do quadro de servidores públicos no Estado do Paraná.

Parágrafo Único. Fica considerado “doador de sangue”, para os efeitos desta lei, as pessoas que houverem realizado doação de sangue em hospitais da rede pública de saúde nos últimos trinta dias, comprovada mediante atestado fornecido pela instituição coletora.

Art. 2º Os órgãos estaduais que irão realizar concurso, deverão explicitar em seus editais o benefício da isenção e as regras para sua obtenção.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução desta lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 16.11.2005.
(aa) CESAR SELEME - Presidente
CIDA BORGHETTI - Relatora

3ª Discussão

ITEM 03

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 293/2005, de autoria da Deputada Cida Borghetti, dispondo sobre o Programa de Apoio às Pessoas com Psoríase. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E CSP. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. Emenda **Aprovada**. Projeto. **Aprovado.**

ITEM 04

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 303/2005, de autoria do Deputado Delegado Bradock, dispondo sobre a utilização de publicidade por empresas privadas que efetuam a reforma e/ou a restauração de bens públicos móveis ou imóveis, obras públicas ou espaços situados em próprios do Estado e dá outras providências. PARE-

CERES FAVORÁVEIS DA CCJ, COPTC E CAICTM. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. Emenda **Aprovada**. Projeto. **Aprovado.**

ITEM 05

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 494/2005, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 039/2005, que autoriza o Poder Executivo, a doar à Companhia de Habitação do Paraná - Cohapar, lotes de terras, situados nesta capital, conforme especifica. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. Emenda **Aprovada**. Projeto. **Aprovado.**

2ª Discussão

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 624/2005, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, autorizando o Poder Executivo a denominar Admar Bertolli o trecho compreendido entre a BR-277 e a BR-116, conhecido como Rodovia Contorno Norte de Curitiba. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª Discussão

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 021/2005, de autoria dos Deputados Augustinho Zucchi e Antonio Anibelli, dispondo sobre a cobrança da taxa de estacionamento cobrada por Shopping Centers e Hipermercados. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CAICTM. EM ANEXO PROJETO DE LEI Nº 123/2005. **(Publ. no DA nº 002/2005, de 21.02.2005, em Projetos de Lei, pág. 07).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 021/2005

P A R E C E R :

Do Relatório

O Projeto de Lei nº 021/2005 de iniciativa dos Exmos. Srs. Deputados Augustinho Zucchi e Antonio Anibelli, tem por escopo dispor sobre a cobrança da taxa de estacionamento cobrada por shopping centers e hipermercados. Em anexo segue também o Projeto de Lei nº 123/2005, de iniciativa do Sr. Deputado Elio Rusch, tendo como objetivo a mesma idéia do Projeto de Lei nº 021/2005.

Da Fundamentação

Chamada esta Comissão a manifestar-se, em consonância com o artigo 43 do Regimento Interno, em acurada análise da constitucionalidade e técnica regimental, depreende-se a preocupação para com a cobrança da taxa de estacionamento cobrada por shopping centers e hiper-

mercados, traçando critérios para dispensa de pagamento da taxa de estacionamento.

Quanto à iniciativa do Projeto de Lei nº 021/2005, não há impedimento legal quanto à mesma, uma vez que se encontra abrangida pela lei a deste forma, a competência para legislar sobre a matéria em análise, é de iniciativa do Legislativo.

Salienta-se, ainda, que o Projeto de Lei apensado sob o nº 123/2005, deverá ser rejeitado, uma vez que trata do mesmo assunto, sendo o objeto muito similar, ou quase idêntico ao Projeto de Lei nº 021/2005, ademais tendo sido protocolado posteriormente, diante do que, a fim de atender o disposto no artigo 120 do Regimento Interno, deverá, pela analogia e similitude, ser transformado num só, sendo portanto, o Projeto de Lei nº 123/2005 desconsiderado, permanecendo tão somente o Projeto de Lei nº 021/2005.

Da Conclusão

Contudo, em análise jurídica depreende-se do Projeto de Lei registrado sob o nº 21/2005 a constitucionalidade quanto à iniciativa, bem como estando apto quanto à técnica legislativa, apresentando parecer favorável submetido à apreciação dos nobres colegas parlamentares, membros da Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, em 17.04.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DELEGADO BRADOCK - Relator

COMISSÃO DE AGRICULTURA,
INDÚSTRIA E COMÉRCIO
PROJETO DE LEI Nº 21/2005

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria dos Srs. Deputados Augustinho Zucchi e Antonio Anibelli, dispõe sobre a cobrança da taxa de estacionamento cobrada por shopping centers e hipermercados.

Chamada esta Comissão de Agricultura, Indústria e Comércio a se manifestar, e após obter parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Sendo assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 20.09.2005.

(aa) LUCIANA RAFAGNIN - Presidente
PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES - Relator

Aprovado.

A SRA. ELZA CORREIRA (PMDB) (Para Encaminhar)

Na verdade, Sr. Presidente, este projeto é apenas a legalidade, constitucionalidade, mas é importante deixar um alerta de este projeto do Rio de Janeiro, da mesma origem, da mesma matéria, foi considerado ilegal, inconstitucional e foi, inclusive, suspenso judicialmente.

No caso, aqui, a PGE mandou à Assembléia Legislativa farta documentação apontando as irregularidades e as ilegalidades contidas neste projeto. Então, acho impor-

tante deixarmos registrado que este projeto, na avaliação do PGE, não é legal e nem constitucional.

Embora tenhamos aqui, da Comissão de Justiça, a legalidade e a constitucionalidade, também tem um documento da PGE dizendo o contrário. Então, queria deixar, querido companheiro Anibelli, não é pouco amigo, mas temos a obrigação de deixar registrado este alerta em relação a este projeto.

O SR. ANTONIO ANIBELLI (PMDB) (Para Encaminhar)

Concordo com a Deputada Elza em parte, porém, claro que se nós formos nos submeter, em cada projeto sobre a PGE, deveríamos renunciar aos nossos mandatos e credenciar os nossos procuradores para que dessem pareceres.

A nossa Comissão de Justiça deu pareceres favoráveis e eu confio muito mais no espírito público, no espírito de justiça, na alta competência do saber jurídico da nossa Comissão de Justiça e acho que nós, discutindo a legalidade, com aprovação em primeira votação, discutiremos o mérito depois. É um anseio da sociedade. O povo está cansado de pagar impostos e principalmente nesta época, véspera de Natal.

Os shoppings já têm um lucro exorbitante em tudo. São empresários bem sucedidos; talvez por falta de segurança procuram levar a população para dentro do shopping. Se todos que fizessem uma compra deixassem o seu carro mais seguro, na saída compensaria com a nota fiscal da liberação de dois ou três reais.

Acho que teria mais atrativo a ida aos shoppings para que esta Casa faça esta lei e dê uma satisfação à nossa sociedade.

A SRA. ELZA CORREIA (PMDB)

Não votamos ainda. Não foi votado, pedi para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Foi votado.

A SRA. ELZA CORREIA (PMDB)

Como? Eu pedi para encaminhar, o senhor autorizou! Como é que posso encaminhar uma coisa que já foi votada?

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Deputada Elza Correia...

A SRA. ELZA CORREIA (PMDB)

Não foi votado!

Queria deixar consignado o respeito que tenho pela Comissão de Justiça. Não estamos discutindo o mérito. Mérito é na próxima votação. Estamos discutindo a legalidade e a constitucionalidade.

Não me consta que a Assembléia do Estado do Paraná e nenhuma do Brasil pode decidir sobre taxa de

estacionamento de shopping center. Nem do Paraná, nem do Brasil. A Assembléia não pode decidir que no Paraná não vão ser cobradas taxas em hipermercados e shoppings centers.

Para mim é um princípio super simples, que não temos competência para ingerir nas questões privadas, embora possa no mérito, concordar com o Anibelli.

Mas, quero dizer que reitero que não é competência dos Parlamentares da Assembléia Legislativa nem deste Estado, nem de nenhum outro, legislar sobre esta questão.

Em relação à Comissão de Justiça, tenho o maior respeito e a maior consideração. Embora já tenha havido de tudo, inclusive na Comissão de Justiça.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Está aprovado o projeto, com voto contrário da Deputada Elza Correia e do Deputado Hermes Fonseca.

O SR. PASTOR EDSON PRACZYK (PMR)

O nosso também, Sr. Presidente. Voto contrário.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Deputado Pastor e Deputado Renato Gaúcho

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 024/2005, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, aprovando o ressarcimento das despesas dos Srs. Deputados, mês de outubro de 2005. Resolução nº 003/2004. PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS. **Aprovado.**

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 024/2005

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1º Fica aprovada a prestação de contas da verba de ressarcimento para atender despesas dos Srs. Deputados, referente ao mês de outubro de 2005, conforme Resolução nº 003/2004, de 15 de março de 2004.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 22.11.2005.

(a) COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

Apoio:

Plauto Miró Guimarães, Antonio Anibelli, Marcos Isfer, Ângelo Vanhoni e Ademar Traiano.

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

PROPOSIÇÃO Nº 111/2005

P A R E C E R :

Encaminhada a esta Comissão de Tomada de Contas a Proposição nº 111/2005, presta contas da verba de

créditos para atender ressarcimento das despesas dos Srs. Deputados, referente ao mês de outubro de 2005, regulamentada pela Resolução nº 003/2004, de 15 de março de 2004, em seu artigo 14.

Analisado criteriosamente o relatório do movimento para atender despesas constantes da proposição acima e não restando qualquer dúvida quanto à exatidão das contas prestadas, conclue este relator, pelo parecer favorável - aprovado, uma vez que o todo encontra-se de conformidade com a legislação em vigor.

Pelo acima exposto, este relator decide pela aprovação da presente proposição.

É o parecer favorável.

Sala das Comissões, em 22.11.2005.

(aa) DUÍLIO GENARI - Presidente

BARBOSA NETO - Relator

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 28, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 411/2005.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 021, 041 e 398/2005 e do Projeto de Resolução nº 024/2005.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 611, 631, 660 e 664/2005.

DISCUSSÃO ÚNICA - das Proposições nºs 085, 100, 101 e 103/2005.

Levanta-se a Sessão.

Publicações:

Diretoria Geral

Despacho do Diretor

AUTUAÇÃO

Requerente: MARIA JOSÉ TAVORA GIL BELEM
Protocolo nº: 2781/2005

Assunto: Solicita revisão de aposentadoria

Despacho: À deliberação do Sr. 1º Secretário, opinando pelo INDEFERIMENTO, conforme parecer da Comissão de Enquadramento Funcional.

Em 19.10.2005

(a) ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Deliberação do 1º Secretário: INDEFIRO, conforme parecer exarado no presente protocolo.

(a) 07.11.2005
NEREU MOURA

Ata de Comissão

Tomada de Contas

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS
3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA
ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e dois dias do mês de novembro de dois mil e cinco, às dez horas e trinta minutos, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Tomada de Contas da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, para sua oitava Reunião Ordinária, com a presença dos Srs. Deputados membros da Comissão, abaixo assinados, para deliberar sobre a seguinte pauta: Proposição

nº 111/2005. Havendo número legal e, de acordo com o Regimento Interno, o Sr. Presidente da Comissão, Deputado Duílio Genari, abriu a reunião passando a palavra ao Sr. Deputado Barbosa Neto, Relator da Proposição nº 111/2005, relativa à prestação de contas da verba de ressarcimento dos Srs. Deputados, conforme Resolução nº 003/2004, em seu artigo 14, referente ao mês de outubro de 2005. Após análise da matéria, concluiu o Sr. Relator que as contas encontram-se exatas, atendendo à legislação em vigor, deliberando pelo parecer favorável, no que foi acompanhado por todos. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, e, para constar e exercer os efeitos legais, eu, Maria Regina Subtil, secretariei a reunião e lavrei a presente Ata, que após lida e achada conforme, será assinada pelo Sr. Presidente da Comissão, Srs. Deputados presentes, e, por mim, secretária da Comissão de Tomada de Contas.

(aa) DUÍLIO GENARI - Presidente
Maria Regina Subtil - Secretária

□*□*□*□*□*□*□*□*□*□*□*□*□